



**Vigilância Socioassistencial
Fazenda Rio Grande - PR**

**Diagnóstico Socioterritorial - 2024
Secretaria Municipal de Assistência Social
Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande**



smas2021frg@gmail.com



SMAS: (41) 3608-7640



vigilancia.frg@gmail.com



VSA: (41) 3608-7627



Rua Tenente Sandro Luiz Kampa,
182 - Fazenda Rio Grande - Paraná



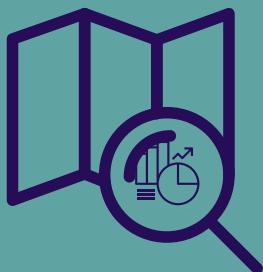
**SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Diagnóstico Socioterritorial - 2024

Secretaria Municipal de Assistência Social

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande

Realização:



Vigilância Socioassistencial
Fazenda Rio Grande-PR



SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diretoria de Gestão do SUAS Seção de Vigilância Socioassistencial

Valéria Maria Silva de Mello - Diretora de Gestão do SUAS
Eliane Oliveira da Silva - Coordenadora da Vigilância Socioassistencial
Fabiana Palinger Andreczevecz - Monitoramento e Avaliação
Cesar Chiamulera Kaehler - Coordenação do Cadastro Único
Leandro de Souza Santos - Assistente Administrativo - Gestão do Suas

GESTÃO MUNICIPAL

MARCO ANTONIO MARCONDES DA SILVA

PREFEITO DE FAZENDA RIO GRANDE

FABIANA PALINGER ANDRECZEVECZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JESSICA CAROLINE COSTA WEISS

DIRETORA GERAL SMAS

VALÉRIA MARIA SILVA DE MELLO

DIRETORA DE GESTÃO DO SUAS

ANA LILIAN FONSECA

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

MÁRCIA REJANE CARVALHO DE FREITAS TISKI

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

DENISE GREBOS

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

MARJANE RIBEIRO DA SILVA

DIRETORA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 - Crescimento populacional em Fazenda Rio Grande entre os anos 2000 e 2022...	12
Gráfico 02 - Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único.....	21
Figura 01 - Mapa do município dividido por abrangência territorial de cada CRAS.....	27
Gráfico 03 - Divisão por sexo das crianças e adolescentes atendidos no NMIA.....	39
Gráfico 04 - Formas de violência e violações de direitos identificadas nos atendimentos do NMIA.....	40
Gráfico 05 – Território de referência das crianças e adolescentes atendidas no NMIA.....	41
Gráfico 06 - Perfil dos indivíduos inseridos no acompanhamento do PAEFI.....	43
Gráfico 07 - Características das pessoas abordadas.....	44
Gráfico 08 - Percentual de frequência no atendimento do Centro POP.....	46
Gráfico 09 - Características das pessoas atendidas no Centro Pop.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de famílias inscritas no CadÚnico e beneficiárias do PBF, em Fazenda Rio Grande, conforme perfil de renda per capita.....	17
Tabela 02 - Quantidade de pessoas beneficiárias por tipo de benefício.....	17
Tabela 03 – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos.....	20
Tabela 04 – Distribuição da área de abrangência de cada CRAS.....	23
Tabela 05 – Famílias Cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família na área de abrangência dos CRAS.....	25
Tabela 06 – Número de pessoas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC na área de abrangência dos CRAS.....	26
Tabela 07 – Pessoas com renda familiar per capita enquadradas entre pobreza 1 e baixa renda.....	29
Tabela 08 – Divisão das pessoas inscritas no Cadastro Único no município por faixa etária... 30	
Tabela 09 – Famílias inseridas no serviço PAIF.....	33
Tabela 10 – Atividades no âmbito do Serviço PAIF.....	34
Tabela 11 – Quantidade de indivíduos participando do SCFV.....	35
Tabela 12 - Faixa etária das crianças e adolescentes atendidas no NMIA.....	39
Tabela 13 - Identificação do Grau de contato / Parentesco com o Agressor.....	40
Tabela 14 - Tipo de violência e/ou violação de direitos.....	43
Tabela 15 – Perfil das pessoas abordadas pela equipe de abordagem social.....	44
Tabela 16 - Faixa etária e sexo das pessoas atendidas no Centro Pop.....	46
Tabela 17 - Tipos de Atendimentos Realizados.....	47
Tabela 18 - Usuários atendidos no abrigo para população em situação de rua.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CADI - Centro de Atenção e Desenvolvimento Integral
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais
Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
CMDI - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
CMDPCD - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
e-PCF - Sistema Eletrônico do Programa Criança Feliz
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
ILPI - Instituição de Longa Permanência
IVCAD - Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único
LA - Liberdade Assistida
MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
NMIA - Núcleo Municipal da Infância e Adolescência
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do SUAS
NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
OSC - Organização da Sociedade Civil
PAEFI - Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PCD - Pessoa com Deficiência
PCF - Programa Criança Feliz
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PSB - Proteção Social Básica
PSC - Prestação de Serviço à Comunidade

PSE - Proteção Social Especial

RAG - Relatório Anual de Gestão

RMA - Registro Mensal de Atendimentos

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

VSA - Vigilância Socioassistencial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MUNICÍPIO.....	11
2.1 HISTÓRIA.....	11
2.2 INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS.....	12
2.3 DADOS CENSITÁRIOS.....	13
2.4 MEIO AMBIENTE.....	14
2.5 SEGURANÇA ALIMENTAR.....	14
2.6 CADASTRO ÚNICO.....	16
2.6.1 Vulnerabilidade Social.....	18
2.6.2 Estrutura Física Domiciliar.....	18
2.6.3 Especificidades Familiares e Populacionais.....	19
3 TERRITÓRIO.....	22
3.1 DIVISÃO TERRITORIAL POR CRAS.....	22
3.1.1 Famílias Beneficiárias dos Programas Socioassistenciais nos Territórios.....	24
3.1.2 Abrangência Territorial das Unidades Públicas de Assistência Social.....	26
3.2 LIDERANÇAS NA COMUNIDADE.....	28
4 PERFIL DAS PESSOAS E FAMÍLIAS NO CADASTRO ÚNICO.....	29
5 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB.....	31
5.1 DEMANDA ATENDIDA NOS CRAS.....	32
5.2 SERVIÇOS OFERTADOS NOS CRAS.....	32
5.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.....	32
5.2.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.....	34
5.2.3 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas.....	35
5.2.4 Programa Criança Feliz.....	36
6 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PSE.....	37
6.1 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE.....	37
6.1.1 Núcleo Municipal da Infância e Adolescência – NMIA.....	38
6.1.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.....	41
6.1.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI.....	42
6.1.2.2 Serviço Especializado em Abordagem Social.....	43
6.1.2.3 Serviço de Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto.....	45
6.1.2.4 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP...	
45	
6.2.3 Proteção Social Especial de Alta Complexidade.....	48
6.2.3.1 Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	48
6.2.3.2 Serviço de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua.	
49	
6.2.3.3 Acolhimento de Idosos.....	50
6.2.3.4 Pessoa com Deficiência.....	50
7 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	51

8 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA.....	52
9 MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE A.....	57
APÊNDICE B.....	86

1 INTRODUÇÃO

A atualização anual do Diagnóstico Socioterritorial de Fazenda Rio Grande é uma das metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS-2022-2025). Seu objetivo é oferecer uma visão ampla e detalhada da Política de Assistência Social do município, servindo como uma ferramenta essencial para o planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços, programas e projetos.

O diagnóstico socioterritorial é uma ferramenta interpretativa que busca compreender a realidade social de um território, possibilitando aos responsáveis pela política de assistência social identificar tanto as necessidades quanto às potencialidades do local. Essa análise auxilia na formulação de estratégias direcionadas à proteção social e à melhoria da qualidade de vida da população, considerando as particularidades de cada município e garantindo que as ações estejam alinhadas às características e demandas locais (BRASIL, 2013).

Assim, o presente diagnóstico tem como propósito oferecer subsídios à gestão e suas equipes, objetivando apoiar o planejamento estratégico e fornecer base para o aprimoramento contínuo das ações, possibilitando maior atenção às necessidades locais e às dinâmicas territoriais.

Sua elaboração será realizada pela equipe de vigilância socioassistencial do município, em articulação com os demais setores e unidades que forem necessários para a construção do diagnóstico. A construção do estudo irá envolver a coleta de dados da região dos diversos sistemas que produzem subsídios para a execução da política de assistência social, bem como a confecção de formas de simplificar a visualização destas informações.

2 MUNICÍPIO

2.1 HISTÓRIA

No início do século XVI existiam apenas terras indígenas na região, sendo uma delas a aldeia CAPOCU, cujas terras pertenciam ao governo da 5^a Comarca de São Paulo. Em 1800 surgiu, junto à fazenda CAPOCU outra fazenda denominada RIO GRANDE, ou GRANDE RIO, porque se desenvolveu às margens do Rio Iguaçu.

Esses dois povoados originados pelas duas fazendas, passaram a ser denominados de Fazenda Rio Grande, que juntamente com outros povoados desta região em 25 de julho de 1960, foram desmembrados de São José dos Pinhais, formando o Município de Mandirituba. Em 1981, através da lei 7521, publicada no Órgão Oficial do Estado Nº 1.171, no dia 17 de novembro de 1981, assinado pelo então Governador Ney Braga, Fazenda Rio Grande tornou-se Distrito Administrativo do Município de Mandirituba. A emancipação de Fazenda Rio Grande se deve a um contexto sócio-econômico específico, que está atrelado ao crescimento da grande Curitiba ao final da década de 70.

A partir de 1975 com a quase erradicação da produção de café na Região Norte do Paraná, houve um grande movimento de êxodo rural no Estado, o qual atraiu para a Região Metropolitana de Curitiba muitas pessoas. O Município de Fazenda Rio Grande, começou a se tornar realidade em 15 de setembro de 1989, através do Projeto de Lei nº 229/89, de autoria do Deputado Estadual Aníbal Khury.

Em 26 de janeiro de 1990 através da Lei Estadual nº 9.213, sancionada pelo então Governador Álvaro Fernandes Dias, nas dependências da Churrascaria 22, na presença de mais de três mil testemunhas, foi criado o município de Fazenda Rio Grande. Hoje Fazenda Rio Grande se caracteriza por ser um dos municípios brasileiros que mais cresce, apresentando um crescimento populacional na ordem de 10% ao ano, sendo sede de Comarca, desde 1999.

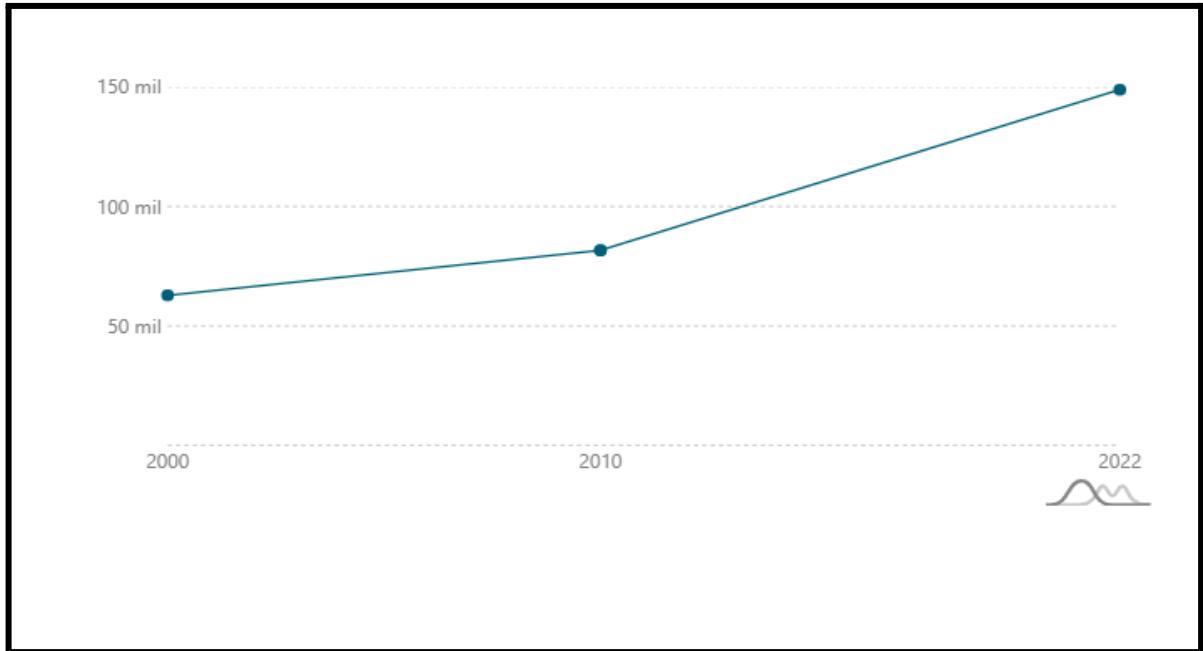
A instalação do Município aconteceu no dia 12 de abril de 1991, às 13:30 horas no Fórum da Comarca de São José dos Pinhais, pelo então Juiz de Direito Dr. Raul Luiz Gutmann, publicada no Diário da Justiça através do decreto nº 360.

2.2 INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

O município faz parte da Região Metropolitana de Curitiba e tem como municípios limítrofes Mandirituba, Araucária, São José dos Pinhais e Curitiba. A distância até a capital do estado do Paraná é de 35 km. Possui uma extensão territorial de 116,67 Km², uma população, segundo o censo do IBGE (2022) de 148.873 habitantes e densidade demográfica de 1275.93 hab/km².

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022, em uma taxa de 82,27%, passando de 81,675 para 148.873 habitantes, conforme vemos no gráfico 1:

Gráfico 01 - Crescimento populacional em Fazenda Rio Grande entre os anos 2000 e 2022



Fonte: IBGE, 2022.

A estimativa populacional do município no ano de 2024 é de 161.506 pessoas (IBGE, 2024), representando uma atualização que pode ser mais precisa do que o número apresentado em 2022. As informações relativas ao crescimento populacional na região refletem seu crescimento demográfico e servem como uma das bases para o planejamento e execução de políticas públicas.

2.3 DADOS CENSITÁRIOS

O Censo Demográfico tem como finalidade a produção de informações atualizadas que permitem ao governo e à sociedade conhecer, em detalhes, como vivem determinados recortes populacionais de um território. A pesquisa possui caráter decenal, embora sua última edição tenha sido realizada em 2022, e não 2020, com a justificativa oficial para o adiamento sendo a pandemia de Covid-19 (Oliveira, 2022). Assim, os dados censitários aqui apresentados terão como fonte as informações apresentadas pelo IBGE no Censo de 2022.

Em 2022, o salário médio mensal dos trabalhadores formais no município de Fazenda Rio Grande era de 2,5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18,21%.

Relativo às informações da saúde dispostas no Censo 2022, a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13,01 para 1.000 nascidos vivos. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 148 de 399 (IBGE, 2022). Conforme levantamento da Vigilância Socioassistencial do município, na data de elaboração do presente documento, Fazenda Rio Grande possui 20 estabelecimentos públicos de saúde, sendo estes divididos em 13 UBS, 1 UPA 24h, 1 hospital e maternidade, 1 CAPS II, 1 farmácia central, 1 Ambulatório de Atenção Especializada em Saúde Mental, 1 academia de saúde e 1 clínica de fisioterapia.

No âmbito da educação, o município registrou em 2023 um total de 21.912 matrículas no ensino fundamental e 6.093 no ensino médio. A taxa de alfabetização alcançou 97,04%, com 2.971 pessoas ainda não alfabetizadas.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R\$31.927,39, demonstrando um nível moderado de geração de riqueza por habitante. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com base no censo de 2010, foi de 0,720, classificando o município em um patamar médio de desenvolvimento humano.

Em 2023, o total de receitas brutas realizadas pelo município alcançou R\$626.603.491,28, sendo que 55,36% dessas receitas foram provenientes de transferências correntes. No mesmo ano, as despesas brutas empenhadas somaram R\$510.841.545,60.

2.4 MEIO AMBIENTE

Apresenta 78% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 48,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 15,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 37 de 399, 345 de 399 e 301 de 399, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1032 de 5570, 4188 de 5570 e 2232 de 5570, respectivamente.

2.5 SEGURANÇA ALIMENTAR

A alimentação adequada é um direito fundamental e inerente à dignidade humana, sendo prevista na Constituição de 1988. Assim, é papel do poder público adotar políticas e ações que se façam necessárias para a promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional da população. No SUAS, a integração com a Política de Segurança Alimentar e Nutricional permite que as ações intersetoriais sejam direcionadas para a população em situação de vulnerabilidade social que já integra a Política de Assistência Social. Nesse contexto, a Segurança Alimentar possui espaço junto ao controle social por meio do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CONSEA), que exerce importante papel nessa dinâmica.

A segurança alimentar no município é realizada pelos programas:

- Armazém da Família, uma iniciativa que envolve as prefeituras de Curitiba e de Fazenda Rio Grande
- Banco de Alimentos Comida Boa, de origem estadual e municipal
- Hortas Comunitárias, de origem municipal
- Kit de Alimentos, de origem municipal e que funciona como benefício eventual
- Programa Cartão Comida Boa, de origem estadual
- Programa Bolsa Família, de origem federal
- Programa Compra Direta Paraná, de origem estadual
- Programa Leite das Crianças, de origem estadual
- Programa Nossa Gente Paraná, de origem estadual
- Programa Troca Verde, de origem municipal

O programa Armazém da Família, original do município de Curitiba e conveniado com outros municípios da Região Metropolitana, que disponibiliza produtos de higiene, limpeza e alimentos para famílias com renda bruta de até 5 salários mínimos. Durante o primeiro semestre de 2024, foram constatados 6.715 cadastros no Armazém da Família.

O Banco de Alimentos Comida Boa, iniciativa realizada pelas unidades Ceasas do Estado do Paraná em parceria com entidades assistenciais, foi responsável pela confecção e distribuição no primeiro semestre de 2024 de 1.340 kits de alimentos de gênero hortigranjeiro. As ações de distribuição são direcionadas aos territórios de maior vulnerabilidade alimentar, conforme o protocolo do Banco de Alimentos de 2024.

As hortas comunitárias são de iniciativa municipal, sendo instituídas pela Lei Municipal N° 1.290/2019. Há nelas a função de, entre outras, proporcionar uma forma de terapia ocupacional especialmente para pessoas idosas, ser uma oportunidade de integração social entre os membros da comunidade, conferir função social a imóveis vagos, dando um uso temporário e seguro para imóveis subutilizados.

Os kits de alimentos aqui referidos dizem respeito ao benefício eventual concedido pelas unidades de assistência social do município aos usuários dos serviços socioassistenciais, quando constatada necessidade.

O Cartão Comida Boa, de iniciativa do Governo do Estado do Paraná, funciona como um mecanismo de transferência de renda, sendo de iniciativa estadual. Este fornece um cartão de recarga mensal no valor de R\$80,00, sendo um valor que não pode ser sacado, mas apenas utilizado diretamente em mercados ou similares devidamente credenciados.

O Programa Bolsa Família, de iniciativa do Governo Federal e tido como o maior programa de transferência de renda do país, tem como objetivos o combate a fome por meio da transferência de renda direta às famílias, a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações e o desenvolvimento e a proteção das famílias em situação de pobreza.

O programa Compra Direta Paraná, de iniciativa do Governo do Estado do Paraná, visa adquirir alimentos de cooperativas ou associações de agricultura familiar para posterior entrega à rede socioassistencial do estado, estando inclusos restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos e outros.

O Programa Leite das Crianças, de iniciativa do Governo do Estado do Paraná, tem papel de auxiliar no combate à desnutrição infantil, fornecendo um litro de leite todos os dias a crianças de 6 a 36 meses de idade, desde que a renda da família não ultrapasse a de meia salário mínimo regional.

O programa Nossa Gente Paraná, de iniciativa do Governo do Estado do Paraná, funciona como uma estratégia de enfrentamento à pobreza e à superação de vulnerabilidades. Sua ação é intersetorial e presume a elaboração de um plano de ação personalizado para a família, que será acompanhada por dois anos por uma rede integrada que envolve a assistência social, a saúde, a educação, a habitação, a agricultura e o trabalho. As famílias a serem acompanhadas são selecionadas pelos técnicos municipais, priorizando as com maior grau de vulnerabilidade social.

O programa Troca Verde, de iniciativa municipal por parte da Secretaria do Meio-Ambiente, é benéfico tanto para fomento da reciclagem no município quanto para a agricultura familiar. A ação envolve o estabelecimento de um calendário de encontros em que é possível trocar 3 kg de material reciclável por 1 kg de frutas e verduras da estação.

2.6 CADASTRO ÚNICO

O Cadastro Único para Programas Sociais, comumente abreviado para CadÚnico, é um dos instrumentos utilizados pela Vigilância Socioassistencial para coletar dados referentes às famílias do município de Fazenda Rio Grande. Estas informações possibilitam às pessoas gestoras e às pessoas de atuação técnica na Assistência Social conhecerem e visualizarem o perfil das famílias inscritas no CadÚnico. Conforme exposto em caderno de orientações do MDS,:

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, que pode ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a este público. Por meio de sua base de dados, é possível conhecer quem são, onde estão e quais são as principais características, necessidades e potencialidades da parcela mais pobre e vulnerável da população (BRASIL, 2017, p. 5).

Segundo o levantamento realizado, com base nos dados referente ao mês de maio de 2024, que será o mês de referência para todos os dados utilizados nas subseções desta, o Cadastro Único Municipal possui 26.001 famílias cadastradas e,

em média, a composição familiar das mesmas é de 2,49 pessoas por família. Ao todo o CadÚnico possui 64.810 pessoas cadastradas.

Do total de famílias cadastradas no CadÚnico, 8.653 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e, em média, a composição familiar das mesmas é de 2,81 pessoas por família. Ao todo, o PBF possui 24.341 pessoas beneficiárias, o que representa 37,55% das pessoas inscritas no CadÚnico. A tabela 1 apresenta o número de famílias cadastradas no Cadastro Único e beneficiárias do PBF de acordo com a renda per capita.

Tabela 01 - Número de famílias inscritas no CadÚnico e beneficiárias do PBF, em Fazenda Rio Grande, conforme perfil de renda per capita

PERFIL DE RENDA	CADASTRO ÚNICO	PBF
R\$0,00 a R\$109,00	5.563	4.039
R\$109,01 a R\$218,00	3.533	2.788
Baixa Renda	7.488	1.826
Acima de $\frac{1}{2}$ Salário mínimo	9.417	0
Total	26.001	8.653

Fonte: CECAD, abril/maio de 2024.

O Programa Bolsa Família é composto por uma cesta de benefícios onde todas as famílias recebem no mínimo R\$600,00 e os demais benefícios são concedidos conforme a composição familiar e renda per capita de cada família. A tabela 2 apresenta o quantitativo de pessoas beneficiárias por tipo de benefício.

Tabela 02 - Quantidade de pessoas beneficiárias por tipo de benefício

(continua)

Tipo de Benefício	Quantidade
Renda de Cidadania	24.341
Complementar	7.823
Primeira Infância	5.058
Extraordinários de Transição	61
Benefício Variável Gestante	441

Benefício Variável Nutriz	150
Benefício Variável Crianças	6.498
Benefício Variável Adolescente	1.106

Fonte: Relatório de Programas e Ações do MDS, maio de 2024

2.6.1 Vulnerabilidade Social

Vulnerabilidades decorrem de situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos. A insuficiência de renda, apesar de importante, não é o único fator. A conjunção de condições como: falta ou impossibilidade de acesso aos serviços socioassistenciais e demais serviços públicos, ausência ou presença precária de saneamento básico, inacessibilidade ao lazer, residir ou transitar em território vulnerável, relações familiares fragilizadas ou inexistentes, presença de tráfico de drogas e outras formas de violência urbana, escassez de geração de renda e trabalho, também são sinais de alerta.

Com o mesmo sentido, porém de maneira mais ampla, a vulnerabilidade social pode ser entendida como algo que está intimamente relacionado com os riscos sociais. Estes são encarados como uma variedade de situações que envolvem perigo ou fragilidade próximas, podendo ser de ordem natural ambiental, de saúde, ligadas ao ciclo de vida, às mazelas sociais, econômicas e políticas. A vulnerabilidade, por sua vez, pode ser vista como a exposição aos riscos, bem como a capacidade de resposta, material ou simbólica, que os indivíduos, famílias e comunidades podem utilizar para enfrentá-los (BRASIL, 2009).

2.6.2 Estrutura Física Domiciliar

O Cadastro Único possui um bloco que tem por finalidade identificar a infraestrutura dos domicílios das famílias cadastradas, tais como, número de cômodos, forma de abastecimento de água, coleta de lixo, entre outros.

Em relação ao abastecimento de água, foram identificadas 560 famílias que obtêm água por meio de poços ou nascentes, e 56 famílias utilizam outras formas de abastecimento não previstas pelo Cadastro Único. Além disso, ressalta-se que 151 famílias não possuem acesso à água encanada.

Foram identificadas também 74 famílias que não possuem acesso a banheiro ou sanitário, e em relação a escoamento sanitário 2.172 utilizam fossa séptica ou rudimentar, 20 famílias têm o esgoto direcionado para valas a céu aberto e 7 para os rios ou lagos.

Outra vulnerabilidade identificada é referente a forma de coleta de lixo, onde identificou-se que 433 famílias têm o lixo coletado indiretamente, 39 famílias queimam o lixo e 7 famílias dão outro destino não especificado ao lixo.

O tipo de iluminação utilizado também é um indicador de vulnerabilidade social. Na base do Cadastro Único, foram identificadas 2.297 famílias cujo medidor de energia elétrica é comunitário, 316 não possuem medidor e 96 utilizam outras formas de energia.

2.6.3 Especificidades Familiares e Populacionais

O Cadastro Único possui diversas informações que especificam e permitem a formação de um olhar mais aprofundado das pessoas atuantes na política pública para com as famílias inscritas. Entre esses dados, estão informações referentes à renda, escolaridade, pessoas responsáveis familiares, estruturas monoparentais, pessoas idosas, com deficiência, famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, entre outras.

Foram identificadas 5.270 famílias que possuem renda per capita de até meio salário mínimo, em que as pessoas Responsáveis Familiares (RF) possuem como nível de escolaridade o ensino fundamental incompleto e 531 não possuem nenhum grau de instrução.

A maioria das famílias cadastradas são chefiadas por mulheres que não possuem cônjuge, sendo um total de 14.600 famílias monoparentais.

A base do Cadastro único apresenta 41.813 pessoas cadastradas com mais de 16 anos, desta 17.574 estavam sem trabalhar a mais de 12 meses, na data do cadastramento, sendo que 6.282 possuem menos de 4 anos de estudo.

Encontram-se cadastradas na base municipal 4.471 pessoas com algum tipo de deficiência, entre elas 2.426 são pertencentes a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo.

Com relação às pessoas idosas, o Cadastro Único possui 6.455 pessoas cadastradas, sendo que 2.139 compõem famílias com renda per capita de até meio salário mínimo.

O Cadastro Único possibilita a identificação de grupos populacionais com características socioculturais ou em situações específicas de vida, na base do município, foram identificados 5 grupos conforme vemos na tabela 3.

Tabela 03 – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

GRUPO	FAMÍLIAS	PESSOAS
Família Cigana	14	46
Família Agricultores Familiares	15	40
Família de Preso do Sistema Carcerário	59	180
Família Catadores de Material Reciclável	396	838
Família Acampada	2	7
Total	486	1.111

Fonte: CECAD, maio de 2024

Os dados apresentados fazem parte do Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD), que é um indicador proposto para medir a vulnerabilidade das famílias inscritas no Cadastro Único. Através de 40 indicadores, são sintetizadas 6 dimensões de vulnerabilidades.

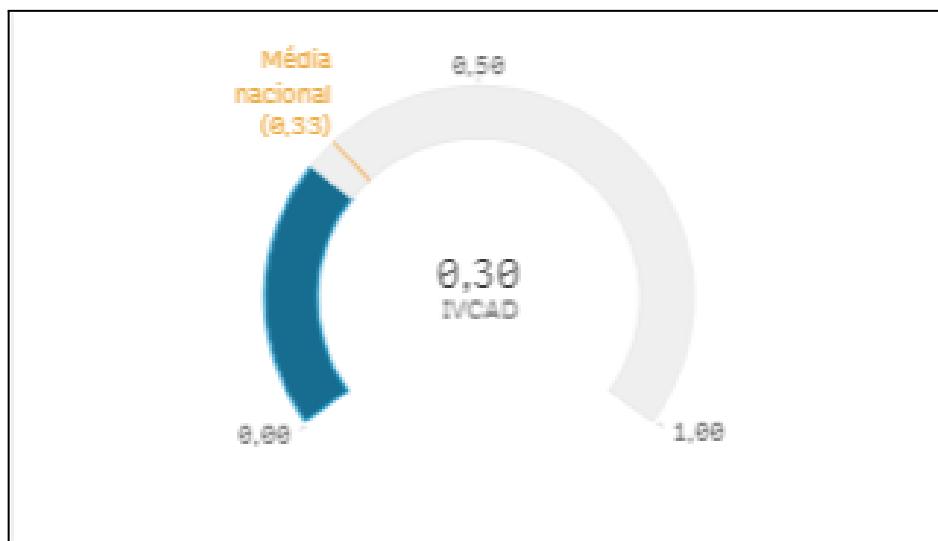
Cada um dos 40 indicadores utilizados representa uma condição de vulnerabilidade. Sempre que uma vulnerabilidade se encontra presente na família é colocado o valor 1 e, caso contrário, o valor zero.

Para cada dimensão, é calculado um índice sintético representando a proporção de valores 1 entre os indicadores. A média dos índices de cada dimensão resulta no valor do IVCAD. Assim, seu valor representa a proporção média de indicadores vulneráveis nas 6 dimensões.

O IVCAD varia entre 0 e 1 e, quanto maior a vulnerabilidade da família, mais próximo de 1 será o seu resultado.

O gráfico 2 apresenta o IVCAD do município Fazenda Rio Grande - PR que é de 0,30, inferior ao nacional que é 0,33.

Gráfico 02 - Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único



Fonte: Observatório do Cadastro Único, julho de 2024.

3 TERRITÓRIO

Para a assistência social, o conhecimento do território ultrapassa a dimensão geográfica, embora esta tenha fundamental importância. O conceito de território deve ser entendido como o espaço de expressão da cidadania e da reconquista dos direitos sociais. É o espaço preenchido por relações sociais, políticas e econômicas, por laços de solidariedade, conflito e de relação com o ambiente (Brasil, 2016). O geógrafo Milton Santos o relaciona com a identidade, definindo da seguinte maneira:

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p.8).

Considerando essa forma fundamental de se encarar o conceito de território, a própria execução da política de assistência social deve ser descentralizada e intersetorial, concedendo às ações institucionais o desafio de compreender o dinamismo das relações familiares e das comunidades que vivem nos territórios mais vulneráveis. Também é necessária a discussão intersetorial sobre conceitos e serviços pertinentes à política de Assistência Social, visto que o trabalho intersetorial inclui outras políticas e suas especificidades.

3.1 DIVISÃO TERRITORIAL POR CRAS

Conforme a Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004), a definição de território abrange o entorno dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, considerando também a realidade socioeconômica e cultural das famílias: arranjos, valores, crenças e demandas; os recursos e as vulnerabilidades existentes no território; as características da rede de serviços local, municipal e regional; as iniciativas de organização e mobilização social, a situação de organização e mobilização comunitária e seus potenciais individuais e coletivos.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Fazenda Rio Grande possui três Centros de Referência de Assistência Social: CRAS Eucaliptos, CRAS Iguaçu e CRAS Gralha Azul. Estes equipamentos, que compõem a Rede

Socioassistencial, são responsáveis por determinadas regiões e juntos fazem a cobertura territorial completa do município.

A cidade de Fazenda Rio Grande possui como possibilidade de divisão a separação em zona rural e zona urbana, sendo a última dividida em 13 bairros, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 04 – Distribuição da área de abrangência de cada CRAS

CRAS DE REFERÊNCIA	BAIRRO	ÁREA TOTAL (KM ²)	ÁREA TOTAL (%)
CRAS EUCALIPTOS	Eucaliptos	8,27	7,09
	Nações	6,29	5,31
	Industrial I	14,38	12,33
	Parque Tecnológico	10,4	8,91
	Centro	0,79	0,68
	Total	40,03	34,31
CRAS IGUAÇU	Iguaçu	5,52	4,73
	Santa Terezinha	5,15	4,41
	Pioneiros	0,59	0,51
	Estados	7,4	6,34
	Campo do Rio	5,3	4,54
	Total	23,93	20,54
CRAS GRALHA AZUL	Gralha Azul	4,05	3,47
	Estados/Santa Maria	0,31	0,27
	Jardim Veneza	7,89	6,76
	Industrial II	4,87	4,17
	Zona Rural	35,56	30,48
	Total	52,68	45,15

Fonte: PMAS-FRG, 2021-2025.

As divisões regionais apresentadas referem-se aos bairros do município formalmente instituídos, entretanto, existem diversas outras subdivisões de conhecimento popular. Podemos citar o bairro Eucaliptos, que possui as regiões conhecidas como Jardim Europa, Jardim Itália, Jardim Sidom, Greenfield, Fazenda Iguaçu e Parque Industrial. O bairro Nações, também de abrangência do CRAS Eucaliptos, tem em seu território a região conhecida como Santarém.

Quando analisamos o território do CRAS Iguaçu, existem as regiões no bairro Santa Terezinha conhecidas como Kokubo, Santa Terezinha Ypê e Angico. O bairro Iguaçu, que dá nome ao CRAS, tem a região do Campo do Rio, próximo ao município de Mandirituba e com características específicas daquela região (similares à área rural).

O território do CRAS Gralha Azul tem a Zona Rural com diversas subdivisões: Passo Amarelo (nome de uma estrada da região), Campo da Cruz, Colônia Lima e Rio Abaixo. Relacionado ao perímetro urbano, onde está delimitado o bairro Gralha Azul, existem as regiões do Boa Esperança, Jardim Palmeira e Pedreira.

O conhecimento destas particularidades faz-se necessário para que os atendimentos sejam humanizados e com respeito ao sentimento de pertencimento das pessoas usuárias dos serviços ao território em que estas estão inseridas. Além disso, cada comunidade tem características próprias, sendo importante o conhecimento destas particularidades e similaridades pela equipe responsável pela gestão territorial.

3.1.1 Famílias Beneficiárias dos Programas Socioassistenciais nos Territórios

A Tabela 5 apresenta o CRAS de referência, o respectivo bairro formal, o número total de famílias inscritas no CadÚnico e o número total de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, incluindo todos os perfis de renda. O percentual apresentado na última coluna diz respeito ao comparativo de famílias cadastradas e a porcentagem que representa as famílias beneficiárias do PBF.

Tabela 05 – Famílias Cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família na área de abrangência dos CRAS

CRAS DE REFERÊNCIA	BAIRRO	FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	%
CRAS EUCALIPTOS	Eucaliptos	3849	1172	30,44
	Nações	3829	963	25,15
	Industrial I	4	1	25
	Parque Tecnológico	0	0	0
	Centro	0	0	0
	Total	7682	2135	27,79
CRAS GRALHA AZUL	Gralha Azul	3815	1799	47,15
	Estados/Santa Maria	734	381	51,90
	Jardim Veneza	1307	594	45,44
	Industrial II	0	0	0
	Zona Rural	279	130	46,59
	Total	6135	2904	47,33
CRAS IGUAÇU	Iguaçu	3670	1111	30,27
	Estados	4085	1197	29,30
	Santa Terezinha	3641	1133	31,11
	Pioneiros	241	57	23,65
	Total	11637	3498	30,05

Fonte: CECAD, abril de 2024; Folha de Pagamento do PBF, abril de 2024.

Ainda sobre o PBF, conforme dados do CECAD referentes ao mês de maio de 2024, a divisão de pessoas beneficiárias por sexo corresponde a 14553 autodeclaradas do sexo feminino e 9823 autodeclaradas do sexo masculino. Por grupos etários são 9005 crianças, 3579 adolescentes, 11019 pessoas adultas e 773

pessoas idosas. Neste mês, houveram 367 descumprimentos de condicionalidades, sendo todos relativos à educação que resultaram em 250 advertências, 44 bloqueios e 73 suspensões dos benefícios.

A Tabela 6, por sua vez, apresenta o número de pessoas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), divididas entre pessoas idosas e pessoas com deficiência, conforme o território de abrangência dos CRAS.

Tabela 06 – Número de pessoas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC na área de abrangência dos CRAS

CRAS	BPC - Pessoa Idosa	BPC - Pessoa com deficiência
CRAS Eucaliptos	399	396
CRAS Gralha Azul	211	162
CRAS Iguaçu	474	399

Fonte: Aplicações do MDS, julho de 2024.

Conforme dados oriundos da plataforma Aplicações MDS com mês de referência em outubro de 2024, das pessoas beneficiárias do BPC no município, 982 são pessoas idosas identificadas como sendo do sexo feminino, enquanto 554 são identificadas como sendo do sexo masculino. Já as pessoas com deficiência divididas por sexo estão dispostas como sendo 627 identificadas no sexo feminino, e 805 são identificadas no sexo masculino.

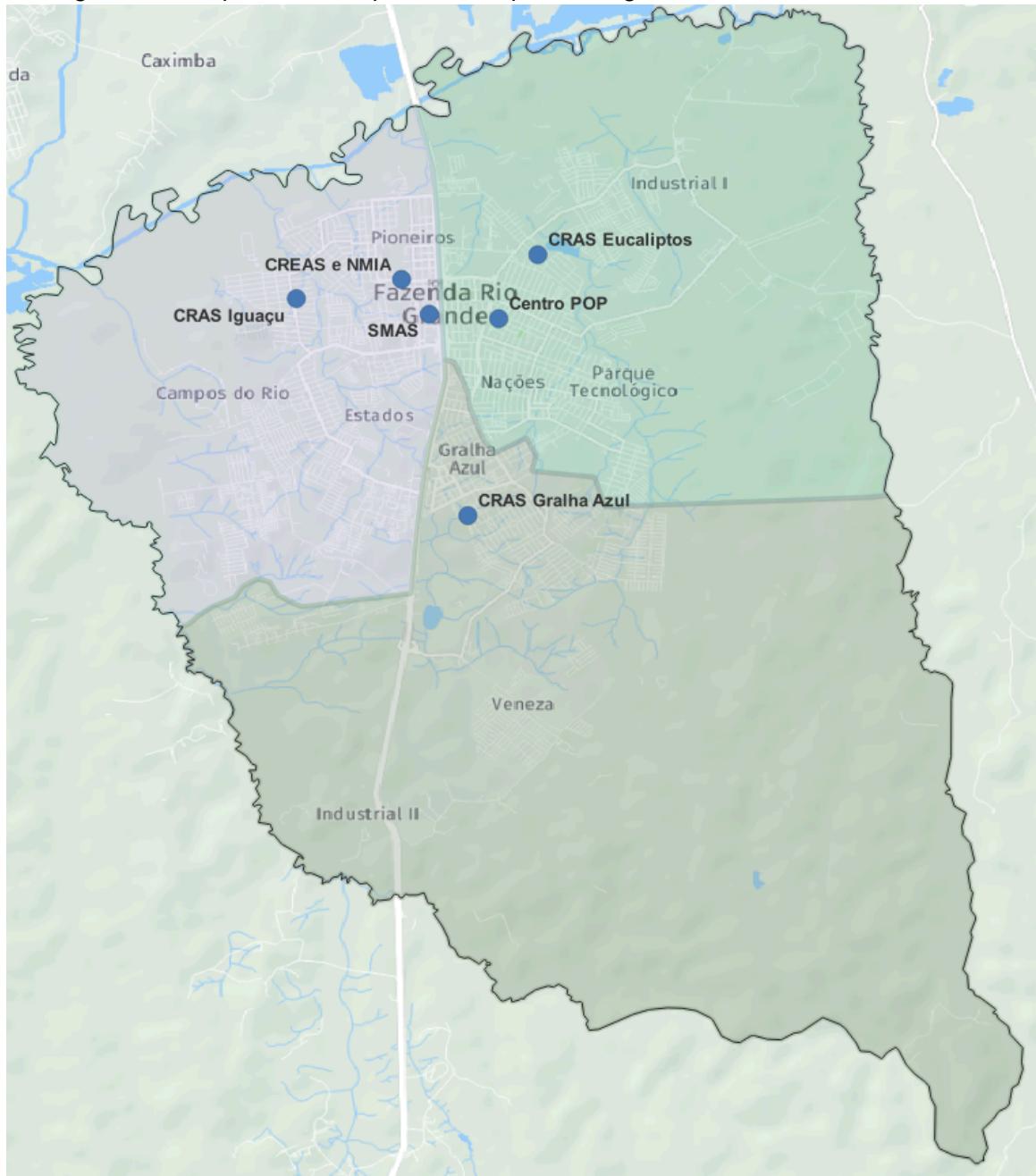
3.1.2 Abrangência Territorial das Unidades Públicas de Assistência Social

Para a compreensão da abrangência do trabalho de gestão territorial, é necessário pontuar que dentro do território de cada CRAS existem outros equipamentos da rede socioassistencial, sendo estes de iniciativas públicas e privadas. O mapeamento completo da rede, incluindo instituições de ensino, unidades de saúde, unidades de assistência social e demais organizações da sociedade civil que atuam na defesa de direitos corresponde ao Apêndice A.

Os equipamentos públicos pertencentes a Proteção Social Especial, de média e alta complexidade, estão dispostos no mapa correspondente à figura 1.

Consideramos importante a visão de totalidade das Proteções Sociais Básica e Especial, pois suas equipes atuam no território fazendense e atendem de forma direta e indireta a população que pertence a este território.

Figura 01 - Mapa do município dividido por abrangência territorial de cada CRAS



Fonte: Geoprocessamento FRG, 2024; SMAS (site), 2024. Produzido pelos autores.

3.2 LIDERANÇAS NA COMUNIDADE

Conforme levantamento realizado com informações repassadas pelas coordenadoras dos CRAS Gralha Azul e Iguaçu, as lideranças da comunidade associadas a Entidades Civis nessas regiões correspondem à:

- Associação Ambiental de Catadores de Materiais Reciclável de Fazenda Rio Grande, associada com a Sra Zelia;
- Associação de Moradores do Jardim Boa Esperança, associado com Daniele Honorato;
- Movimento Pró Moradores de Fazenda Rio Grande, associado com Bonette.

Além disso, outras lideranças de referência nos bairros desses territórios de abrangência correspondem à:

- Daniele dos Santos Honorato, no bairro Gralha Azul;
- Cláudia R. de Souza, no bairro Santa Terezinha;
- Acir do Carmo Pereira, no bairro Iguaçu;
- Darcy dos Santos Gonçalves, no bairro Iguaçu;
- Cleberson Velho, no bairro Iguaçu;
- Urbano R. Martins, no bairro Iguaçu;
- Ronaldo Cezar de Mattos, no bairro Iguaçu.

4 PERFIL DAS PESSOAS E FAMÍLIAS NO CADASTRO ÚNICO

Tendo como referência os dados do CECAD de agosto de 2024, esta seção objetiva produzir um panorama geral acerca do perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único no município.

A tabela 7 dispõe sobre a renda familiar per capita dividida por sexo e rendas inferiores a meio salário mínimo per capita no município, sendo a renda articulada em pobreza 1, pobreza 2 e baixa renda, conforme critérios dispostos na tabela.

Tabela 07 – Pessoas com renda familiar per capita enquadradas entre pobreza 1 e baixa renda

Sexo	Pobreza 1 (per capita até R\$ 109)	Pobreza 2 (per capita entre R\$ 109 e R\$ 218)	Baixa renda (per capita abaixo de $\frac{1}{2}$ S.M. e acima de R\$ 218)	Total
Masculino	5.444	3.946	8.466	26.595
Feminino	7.940	5.990	11.775	36.746
Total	13.384	9.936	20.241	63.341

Fonte: CECAD, agosto de 2024.

A disposição das pessoas inscritas no Cadastro Único no município divididas por cor ou raça é representada por uma divisão onde 42.702 pessoas se autodeclararam brancas, 18.420 se autodeclararam pardas, 2.010 se autodeclararam pretas, 155 se autodeclararam amarelas e 34 se autodeclararam indígenas. É importante destacar que a população branca compõe maioria no município, sendo esperado que no Cadastro Único tal característica se mantenha. Conforme o Censo de 2022, a população autodeclarada branca é de 87.895, a parda de 51.335, a preta de 9.064, a amarela de 375 e a indígena de 197.

Das pessoas inscritas no Cadastro Único em agosto de 2024, que são 63.341 pessoas, 4.794 possuem alguma deficiência. Desses, 164 se enquadram em alguma forma de cegueira, 78 em trissomia 21 (Síndrome de Down), 1.588 em deficiência física, 818 em deficiência mental ou intelectual, 213 surdez leve ou moderada, 201 surdez severa/profunda, 1.086 baixa visão e 1256 auto declararam possuir algum tipo de doença ou transtorno mental.

No que tange às informações referentes às faixas etárias das pessoas que estão cadastradas no Cadastro Único, tendo como referência agosto de 2024, esta divisão pode ser observada na tabela 8.

Tabela 08 – Divisão das pessoas inscritas no Cadastro Único no município por faixa etária

(continua)

Faixa etária							
Entre 0 e 4	Entre 5 a 6	Entre 7 a 15	Entre 16 a 17	Entre 18 a 24	Entre 25 a 34	Entre 35 a 39	Entre 40 a 44
PR-Fazenda Rio Grande	6.473	3.124	13.124	2.330	5.789	9.517	4.707
TOTAL	6.473	3.124	13.124	2.330	5.789	9.517	4.707

(continuação)

Faixa etária					TOTAL
Entre 45 a 49	Entre 50 a 54	Entre 55 a 59	Entre 60 a 64	Maior que 65	
3.990	3.069	2.553	2.403	2.233	63.341
3.990	3.069	2.553	2.403	2.233	63.341

Fonte: CECAD, agosto de 2024.

5 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências), dentre outras.

É ofertada por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o qual atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada a sua capilaridade nos territórios, sendo responsável pela organização e oferta dos seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (BRASIL, 2014), tanto o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, quanto o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas devem manter-se articulados com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o qual consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, em especial com:

- As famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- As famílias que atendam os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- As famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- As pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

5.1 DEMANDA ATENDIDA NOS CRAS

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), nos municípios de médio porte e acima, para cada 5.000 famílias referenciadas ao CRAS, este deve possuir 4 técnicos de nível superior (2 assistentes sociais, 1 psicólogo e outro profissional do SUAS) e 4 técnicos de nível médio. Tal disposição tem como finalidade indicar a equipe técnica mínima necessária para o funcionamento apropriado da unidade.

Todos os CRAS de Fazenda Rio Grande possuem ao menos 4 técnicos de nível superior e 4 técnicos de nível médio. Porém, utilizando como referência os dados de abril de 2024 do CECAD, o CRAS Iguaçu possui 11.637 famílias cadastradas em seu território, operando com uma carga de aproximadamente 132,74% além de sua capacidade de 5.000 famílias. Seguindo os mesmos critérios, o CRAS Eucaliptos, que possui 7.682 famílias referenciadas em seu território de abrangência, está operando com uma demanda de 37,35% acima de sua capacidade. Da mesma forma, o CRAS Gralha Azul, com 6.135 famílias referenciadas em seu território de abrangência, está operando com uma demanda de 38,96% acima de sua capacidade ideal de atendimento.

Apesar de todos os três CRAS possuírem mais famílias referenciadas do que o indicado, o CRAS Iguaçu se encontra em um nível crítico mais acentuado, com um excesso que ultrapassa o dobro de sua capacidade operacional. Assim, é destacada como necessária e urgente a criação de um novo CRAS no território e a divisão da região entre ambos, permitindo o atendimento apropriado das pessoas usuárias dos serviços ofertados na região.

5.2 SERVIÇOS OFERTADOS NOS CRAS

5.2.1 **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**

Consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Dentre os objetivos do PAIF, destacam-se:

- o fortalecimento da função protetiva da família;

- a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários;
- a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias;
- a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais;
- o apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

O PAIF tem como público-alvo famílias em situação de vulnerabilidade social. São prioritários no atendimento os beneficiários que atendem aos critérios de participação de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais e pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de fragilidade.

Suas ações são desenvolvidas por meio do trabalho social com famílias, apreendendo as origens, os significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidades vivenciadas, contribuindo para sua proteção de forma integral.

Com base no Relatório Mensal de Atendimento Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2024, a tabela 9 apresenta a média de famílias acompanhadas no âmbito do PAIF.

Tabela 09 – Famílias inseridas no serviço PAIF

	CRAS EUCALIPTOS	CRAS GRALHA AZUL	CRAS IGUAÇU
Média mensal de famílias	28,25	34	14,50
Novas famílias inseridas	4	0	0

Fonte: RMA Federal, 1º quadrimestre de 2024.

A partir dos dados do Relatório Mensal de Atendimento Federal , referente ao 1º quadrimestre de 2024, foram extraídos os dados de atendimentos realizados nos CRAS, apresentados na tabela 10:

Tabela 10 – Atividades no âmbito do Serviço PAIF

TIPO DE ATENDIMENTO	CRAS EUCALIPTOS	CRAS GRALHA AZUL	CRAS IGUAÇU
Atendimentos particularizados	2.214	4.378	3.042
Visita Domiciliar	329	114	51
Concessão de Benefício Eventual	789	1.167	1.680
Encaminhamento para acesso ao BPC	209	72	29
Encaminhamento para o CREAS	4	14	2

Fonte: RMA Federal, 1º quadrimestre de 2024.

5.2.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está organizado por ciclo de vida, podendo ser intergeracional, tendo sempre como base a família do indivíduo atendido. O fato de o serviço se destinar a pessoas em determinadas faixas etárias não caracteriza fragmentação de ações.

Este trabalho, no entanto, volta-se a intervir na vulnerabilidade, bem como nas potencialidades do público-alvo. Parte-se da concepção de que os ciclos de vida familiar tem estreita ligação com os ciclos de vida de desenvolvimento dos sujeitos que as compõem. O SCFV tem objetivos e alvos de trabalho bem específicos e estreita colaboração e integração com as atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral da Família) pressupondo um trabalho continuado e articulado com a Proteção Social Especial, no que diz respeito aos encaminhamentos do público prioritário.

O SCFV pode atender, através das oficinas socioeducativas, grupos na faixa etária de 0 à 17 anos e pessoas idosas pertencentes ao território de abrangência de cada CRAS, sendo a meta pactuada 670 e público prioritário 335. Porém, ao contrário do PAIF, o SCFV pode ser executado por entidades ou organizações de assistência social, sendo esta forma de oferta do serviço chamada de execução indireta.

Para a oferta direta do SCFV o município conta com os três CRAS e com o Centro de Convivência Amigos da Melhor Idade, e de maneira indireta com Associação de Pais E Amigos dos Expcionais (APAE) e o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral (CADI). A respeito da realidade local, os CRAS ofertam os grupos do SCFV em 3 grupos etários: crianças de 7 a 10, adolescentes de 11 a 17 anos e idosos a partir dos 60 anos.

Com base nas informações do Relatório Mensal de Atendimentos (RMA) Federal dos CRAS, da coordenação Centro de Convivência Amigos da Melhor Idade e das prestações de contas do primeiro trimestre de 2024 da APAE e do CADI, a tabela 11 apresenta o número de inscritos no serviço de acordo com cada unidade.

Tabela 11 – Quantidade de indivíduos participando do SCFV

UNIDADE	QUANTIDADE
CRAS Eucaliptos	58
CRAS Gralha Azul	130
CRAS Iguaçu	70
Centro de Convivência Amigos da Melhor Idade	60
CADI	200
APAE	101

Fonte: RMA Federal, 1º trimestre de 2024; Prestação de contas (APAE e CADI), 1º trimestre de 2024.

5.2.3 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas

O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais das pessoas usuárias deste. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

5.2.4 Programa Criança Feliz

Para a complementação do atendimento às famílias, o município aderiu ao Programa Criança Feliz (PCF), sendo este de natureza federal. O programa visa promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, sendo de caráter intersetorial. Na política pública de assistência social em Fazenda Rio Grande, ele está ligado ao bloco da PSB, possuindo um espaço próprio, porém sendo executado em articulação com as equipes dos CRAS e CREAS.

O programa Criança Feliz, lançado em outubro de 2016, tem como ponto central a visita semanal das pessoas técnicas do programa às casas das famílias de baixa renda para acompanhar e estimular o desenvolvimento das crianças até os 3 anos de idade. O Programa Criança Feliz integra ações nas áreas da saúde, assistência social, educação, justiça e cultura. No primeiro semestre do ano de 2024, em Fazenda Rio Grande, conforme dados do sistema e-PCF, foram acompanhados 194 indivíduos, sendo 15 gestantes.

6 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PSE

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados e/ou estejam vivenciando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas protetivas.

As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família.

6.1 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

São considerados serviços de média complexidade: aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, bem como o acompanhamento sistemático e monitorado.

Os serviços também devem assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia das pessoas usuárias destes.

Os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade são ofertados através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Atendimento à pessoa em situação de Rua (Centro POP) e Núcleo da Infância e Adolescência (NMIA).

O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estadual que oferta serviços de proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Os serviços ofertados pelo CREAS são:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;

- Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

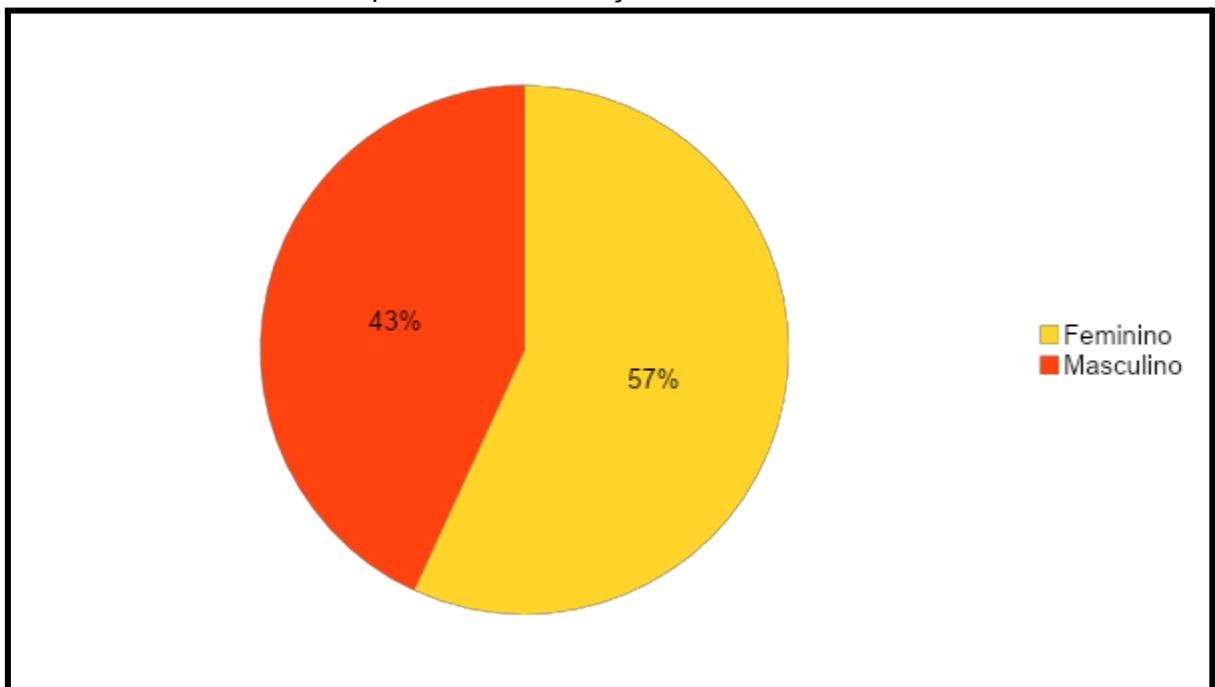
O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é ofertado no Centro POP, o qual também é uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua, funcionando como ponto de apoio para pessoas que moram e/ou sobrevivem nas ruas, promovendo o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação.

6.1.1 Núcleo Municipal da Infância e Adolescência – NMIA

O Núcleo Municipal da Infância e Adolescência – NMIA tem como objetivo realizar o procedimento da Escuta Especializada, oferecendo apoio e capacitando a Rede de Proteção em relação a revelação espontânea e às diversas situações de violência. A realização do procedimento de escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência está previsto na Lei 13.431/2017.

No decorrer do semestre, foram atendidos 204 crianças e adolescentes, dos quais 87 eram do sexo masculino e 116 do sexo feminino, conforme dispoto no gráfico 3.

Gráfico 03 - Divisão por sexo das crianças e adolescentes atendidos no NMIA



Fonte: RMA Municipal, 1º semestre de 2024. Produzido pelos autores.

A faixa etária predominante entre os atendidos foi a de adolescentes, sendo 97 atendidos, conforme exposto na tabela 12:

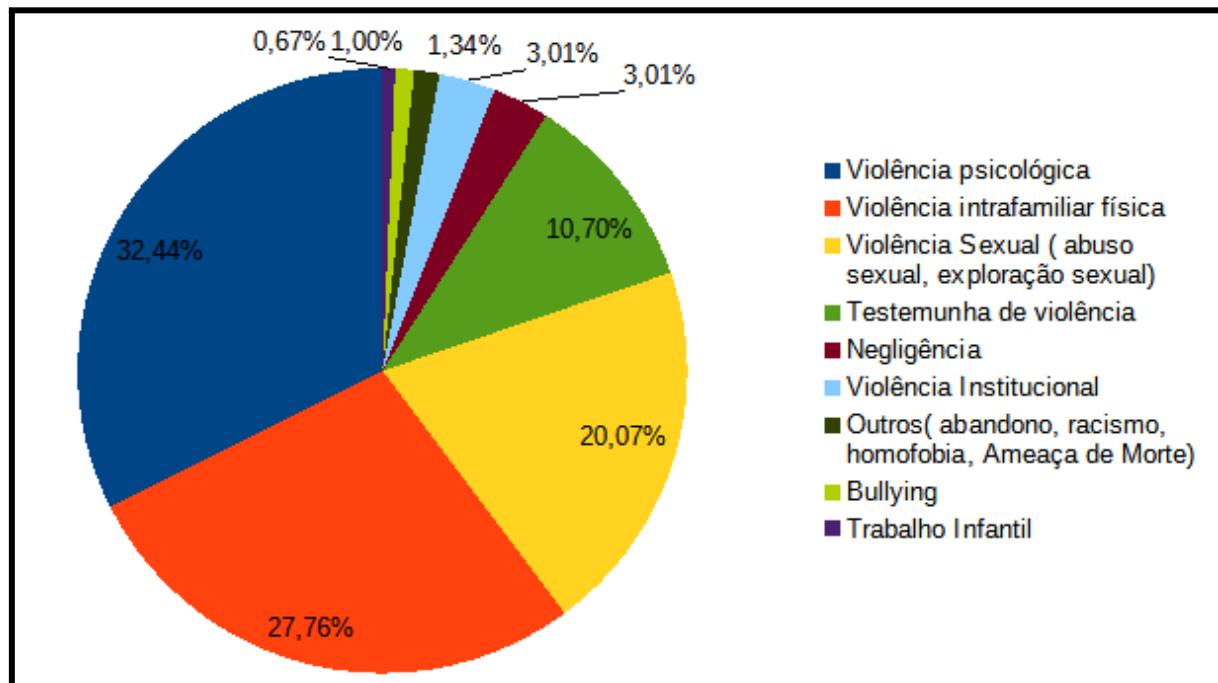
Tabela 12 - Faixa etária das crianças e adolescentes atendidas no NMIA

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE
0 a 6 anos	39
7 a 11 anos	68
12 a 17 anos	97
Total	204

Fonte: RMA Municipal, 1º semestre de 2024.

O gráfico 4 mostra o percentual das formas de violência e violações de direitos identificadas nos atendimentos no NMIA.

Gráfico 04 - Formas de violência e violações de direitos identificadas nos atendimentos do NMIA



Fonte: RMA Municipal, 1º semestre de 2024. Produzido pelos autores.

A tabela 13 identifica o grau de contato e/ ou parentesco com as pessoas agressoras informadas nos atendimentos do NMIA.

Tabela 13 - Identificação do Grau de contato / Parentesco com o Agressor

(continua)

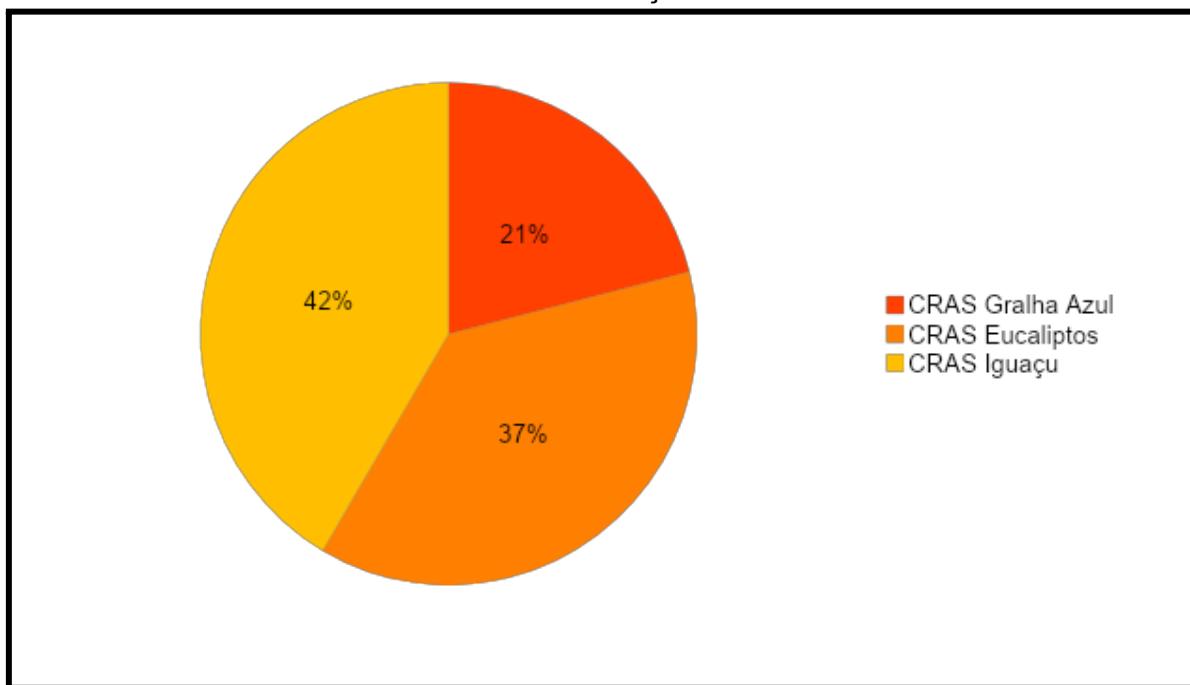
AGRESSOR	QUANTIDADE	%
Pai	61	23.64
Mãe	58	22.48
Conhecido/ Vizinho	27	10.47
Padrasto	26	10.08
Pessoa com relação Institucional	19	7.36
Amigo/ Colega	15	5.81
Tio	9	3.49
Avô	7	2.71
Irmão	7	2.71
Madrastra	5	1.94
Autor desconhecido	5	1.94
Avó	4	1.55
Irmã	4	1.55

Cuidador/ Babá	2	0.78
Companheiro/ Namorado	2	0.78
Outros(guardião, tutor, tia)	7	2.71
Total	258	100

Fonte: RMA Municipal, 1º semestre de 2024.

O gráfico 5 abaixo apresenta o território de referência das famílias das crianças e adolescentes atendidas pelo NMIA.

Gráfico 05 – Território de referência das crianças e adolescentes atendidas no NMIA



Fonte:RMA Municipal, 1º semestre de 2024. Produzido pelos autores.

6.1.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

O CREAS possui sob sua responsabilidade três serviços e para execução de dois deles, o PAEFI e o Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, é realizado acolhida e escuta qualificada para compreensão da situação vivenciada, considerando o contexto de vida familiar, social, histórico, econômico e cultural. Conforme a avaliação técnica às famílias são inseridas ou não no acompanhamento dos serviços.

6.1.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI

O PAEFI é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social, tendo estes como principais objetivos:

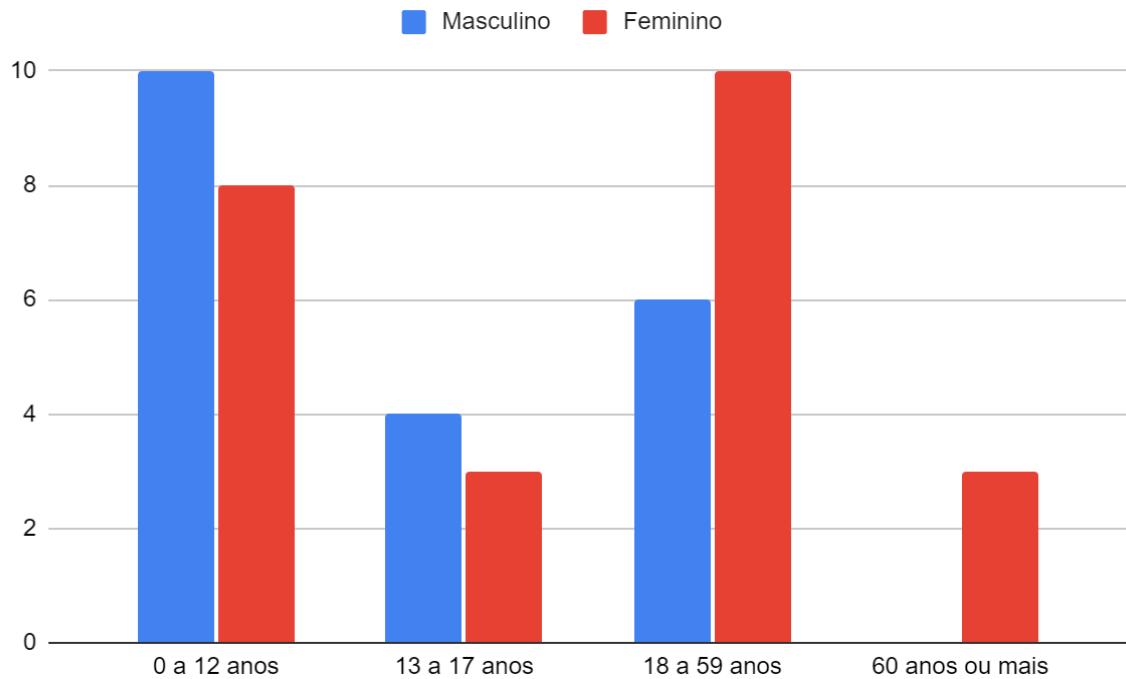
- Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;
- Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia das pessoas usuárias do serviço;
- Contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família;
- Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos;
- Prevenir a reincidência de violações de direitos.

No primeiro semestre de 2024 foram incluídos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), 68 indivíduos e famílias, contabilizando com mais os 19 remanescentes do mês de dezembro de 2023, a equipe técnica deste serviço acompanhou ao todo 87 indivíduos e famílias.

Levando em consideração que o acompanhamento de cada caso segue uma periodicidade distinta, além dos desligamentos, o número de indivíduos e famílias em acompanhamento mensal apresentou oscilações, com uma média mensal de 46.83.

O gráfico 6 indica que o maior número de pessoas inseridas no acompanhamento do PAEFI foram crianças do sexo masculino e mulheres.

Gráfico 06 - Perfil dos indivíduos inseridos no acompanhamento do PAEFI



Fonte: RMA Federal, 1º semestre de 2024. Produzido pelos autores.

Na tabela 14 estão expostas os tipos de violência e violação de direitos a qual foram expostas os indivíduos inseridos no acompanhamento do PAEFI

Tabela 14 - Tipo de violência e/ou violação de direitos

Tipo de violência/violação de direitos	Número registrado
Violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	32
Abuso sexual	5
Negligência ou abandono	10
Trabalho infantil	10

Fonte: RMA Federal, 1º semestre de 2024.

6.1.2.2 Serviço Especializado em Abordagem Social

O serviço é ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes,

situação de rua, dentre outras. Devendo ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

Conforme registros do RMA Federal o Serviço de Abordagem Social realizou, no 1º semestre de 2024, 167 abordagens, que estão dispostas na tabela 15.

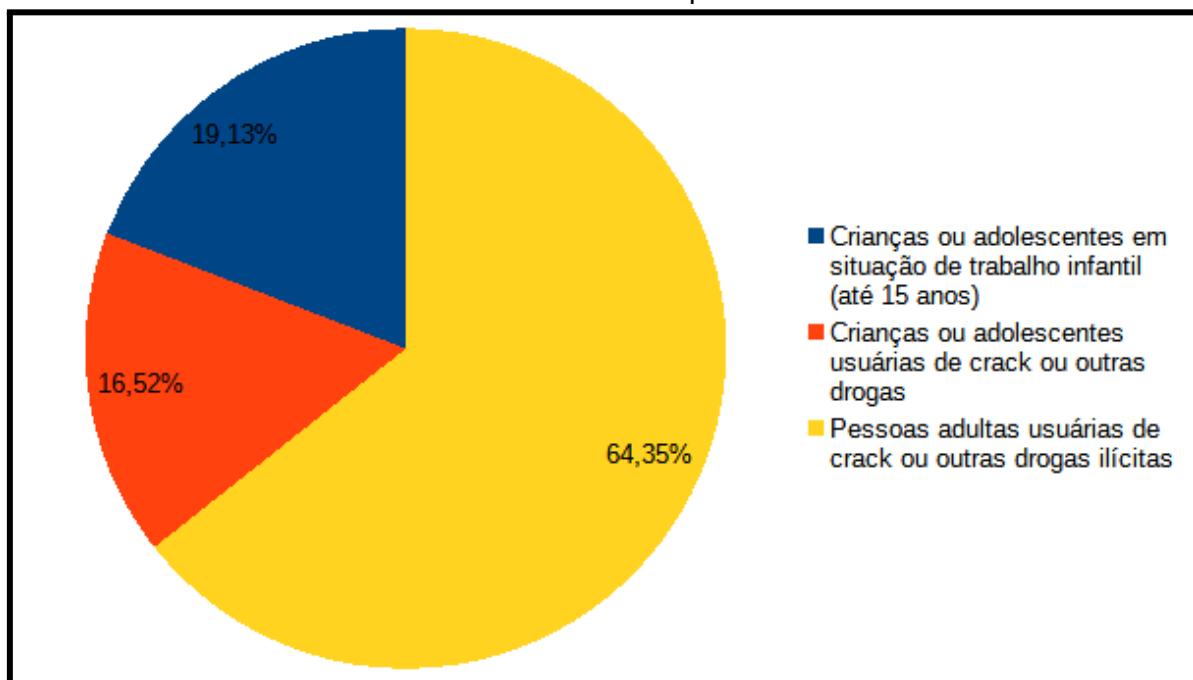
Tabela 15 – Perfil das pessoas abordadas pela equipe de abordagem social

Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Masculino	5	7	128	2	
Feminino	1	0	23	1	167

Fonte: RMA Federal, 1º semestre de 2024.

O gráfico 7 revela que uma parcela significativa, 64,34%, das pessoas abordadas pelo serviço de abordagem social é composta por adultos que utilizam crack e/ou outras drogas ilícitas.

Gráfico 07 - Características das pessoas abordadas



Fonte: RMA Federal, 1º semestre de 2024. Produzido pelos autores.

6.1.2.3 Serviço de Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

No período de janeiro a junho de 2024 foram incluídos no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade 21 adolescentes, sendo 17 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, contabilizando mais os 21 adolescentes remanescentes do mês de dezembro de 2023, a equipe técnica deste serviço acompanhou ao todo 42 adolescentes.

Levando ainda em consideração os cumprimentos, os descumprimentos, às transferências, as suspensões e a periodicidade das medidas socioeducativas, que variam de um à seis meses, a média mensal de adolescentes em acompanhamento foi 24.

6.1.2.4 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP

O serviço é ofertado no Centro POP, para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

No primeiro semestre de 2024, o Centro Pop registrou um total de 636 atendimentos. A tabela 16 apresenta o sexo e a faixa etária das pessoas atendidas.

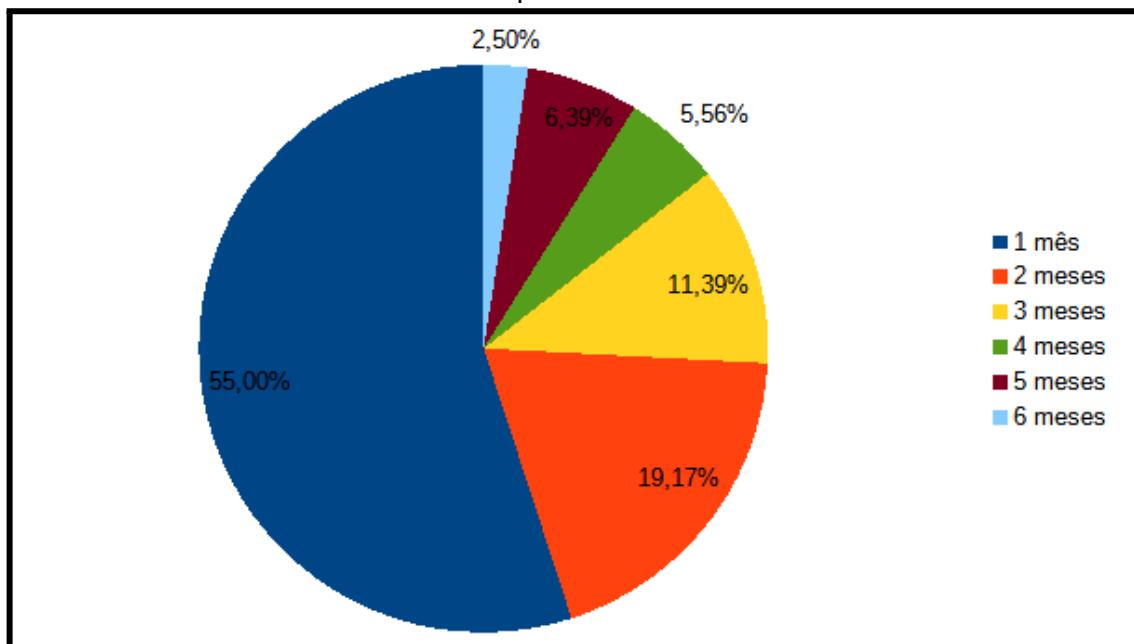
Tabela 16 - Faixa etária e sexo das pessoas atendidas no Centro Pop

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Crianças	1	1	2
Adultos	518	110	628
Idosos	4	2	6
Total	523	113	636

Fonte: RMA Municipal, 1º semestre de 2024.

Diante do exposto obtemos uma média de 106 atendimentos mensais. No entanto, a quantidade total de 636 pessoas atendidas ao longo desse período sugere que, embora o número de atendimentos seja relativamente constante, a rotatividade entre os atendidos é alta. Isso significa que algumas pessoas estão retornando para novos atendimentos, enquanto outras recebem atendimentos apenas por um mês. O gráfico 8 apresenta a frequência de atendimento, onde observa-se que 55% dos usuários atendidos buscaram o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua em um único mês e apenas 2,5% utilizaram o Centro POP durante os seis meses.

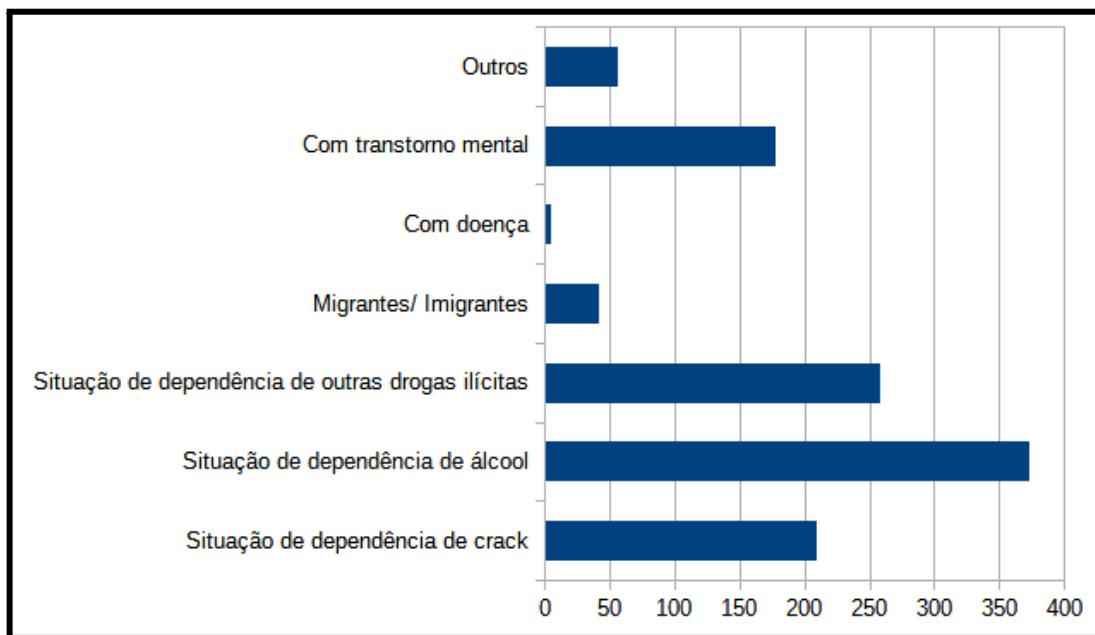
Gráfico 08 - Percentual de frequência no atendimento do Centro POP



Fonte: RMA Municipal, 1º semestre de 2024. Produzido pelos autores.

Compreender a realidade e as circunstâncias de vida da população em situação de rua é essencial para oferecer um atendimento adequado e humanizado. Essa população enfrenta uma série de desafios que vão além da falta de moradia, incluindo o envolvimento com substâncias psicoativas e a presença de transtornos mentais, conforme apresentado no gráfico 9.

Gráfico 09 - Características das pessoas atendidas no Centro Pop



Fonte: RMA Municipal, 1º Semestre de 2024. Produzido pelos autores.

A tabela 17 ilustra a variedade de atendimentos oferecidos pelo Centro Pop, com destaque para as refeições, que são essenciais para garantir a nutrição e a saúde dessa população. A oferta de café da manhã, almoço e café da tarde não apenas atende a uma necessidade básica, mas também cria um espaço de acolhimento, interação e socialização.

Tabela 17 - Tipos de Atendimentos Realizados

(continua)

Tipo de atendimento	Número registrado
Contato com a Rede	4
Atendimento Educador/ Cuidador Social	290
Atendimento Individual	550
Contato telefônico com a família	33

Elaboração de Relatório	7
Higiene Pessoal	1257
Fornecimento de kit básico de higiene pessoal	1394
Doação	444
Refeição	8111
Outros	27

Fonte: RMA Municipal, 1º semestre de 2024.

6.2.3 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

São considerados serviços de alta complexidade: aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. Esses serviços visam garantir proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Os serviços de alta complexidade são ofertados pelas Instituições de acolhimento. O município conta com duas instituições, as quais ofertam: Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes; Serviço de acolhimento institucional para pessoas adultas em situação de rua.

6.2.3.1 Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

O Serviço de Acolhimento Institucional é ofertado em diferentes unidades, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

Para o atendimento das crianças e adolescentes, o município possui duas unidades de acolhimento institucional e o serviço de acolhimento em família acolhedora. Referente ao quantitativo de acolhimentos realizados nas unidades de

acolhimento institucional considera-se que cada criança e adolescente permanecem nos abrigos por períodos diferentes e que todo mês podem haver novos acolhimentos e desvinculações, o número de indivíduos atendidos tem uma variação de um mês para o outro. Conforme relatório da Coordenação do serviço, estiveram acolhidas, no período de janeiro a julho de 2024, 19 crianças e 9 adolescentes. Durante o período mencionado, ocorreu uma desvinculação em razão do alcance da maioridade.

O serviço de acolhimento em família acolhedora não recebeu nenhum acolhimento e conta com 2 famílias habilitadas a receber crianças e/ ou adolescentes em suas famílias.

6.2.3.2 Serviço de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua

Um dos públicos do serviço de acolhimento institucional é a população em situação de rua. O município possui uma unidade que oferta este serviço, sendo denominado “Fazenda Acolhe”, onde foram acolhidos ao longo do primeiro semestre de 2024 o total de 330 pessoas, representando uma média mensal de 55 acolhimentos conforme disposto na tabela 18.

Tabela 18 - Usuários atendidos no abrigo para população em situação de rua

Público	Masculino	Feminino	Média
Crianças	2	2	0,6
Adolescentes	0	0	0
Adultos de 18 a 39 anos	159	21	30
Adultos de 40 a 59 anos	85	48	22,16
Idosos	7	1	1,33
Total	258	72	55

Fonte: RMA Municipal, 1º semestre de 2024.

6.2.3.3 Acolhimento de Idosos

Apesar de haver registro de idosos em acolhimento no abrigo institucional para pessoas adultas em situação de rua, esse não é o serviço específico para esta faixa etária. Para institucionalização de idosos existem outras modalidades de acolhimento: Casa-Lar e Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Na realidade municipal o serviço de acolhimento para idosos é ofertado por meio de convênios com duas Instituições de Longa Permanência para Idosos particulares, ao todo são doze vagas, em setembro havia 6 pessoas idosas institucionalizadas.

6.2.3.4 Pessoa com Deficiência

O serviço de acolhimento Institucional para pessoas com deficiência é realizado no mesmo modelo da pessoa idosa. Em setembro de 2024 o município acompanhou 11 pessoas com deficiência institucionalizadas.

7 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao lado das Proteções Sociais Básica e Especial, a Gestão do SUAS é um dos blocos preconizados na organização das linhas de financiamento do SUAS em nível nacional. Sua responsabilidade abarca a busca pelo aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social, assessorando tecnicamente, planejando, articulando, monitorando e avaliando as ações propostas. A Gestão do SUAS também assessorava na regulação e padronização dos serviços da Assistência Social (fluxos e protocolos de serviços), além de providenciar e manter rigorosamente em dia os Termos de Adesão da gestão. A Gestão do SUAS dá suporte à gestão orçamentária na medida em que realiza registros e relatórios de dados sobre recursos repassados, acompanha e faz processamento de informações sobre programas, serviços e benefícios socioassistenciais, fazendo a assessoria técnica para deliberação e aprovação do orçamento e das prestações de contas nos Conselhos. Responsável pelos Relatórios Semestrais e pelo RAG - Relatório Anual de Gestão da Secretaria.

Compõem a Diretoria de Gestão do SUAS os departamentos de Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho, Regulação do SUAS, Cadastro Único, Controle Social e Rede, Intersetorialidade e Temas Transversais.

Conselhos Municipais formalmente vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social de Fazenda Rio Grande:

- Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI;
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar – CONSEA.

8 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA

Presta assessoria à Secretaria, Diretorias e demais departamentos vinculados a esta Coordenação, com o objetivo de fortalecer a capacidade de gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). As áreas prioritárias incluem administração, finanças e ações estratégicas como:

- Desenvolvimento organizacional e gestão de rotinas de recursos humanos;
- Assessoramento em Programas, Projetos e Serviços;
- Apoio às deliberações e processos de Chamamentos Públicos no âmbito da SMAS;
- Coordenação dos processos e elaboração de Relatórios de Gestão;
- Gerenciamento de infraestrutura e logística da Secretaria;
- Coordenação do orçamento, finanças e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

A gestão de rotinas de recursos humanos envolve, entre outros, a alocação dos profissionais que compõem o SUAS no município. A partir do compartilhamento destes dados inerentes ao funcionamento da Diretoria de Administração Estratégica com a Gestão do Trabalho, foi possível realizar a elaboração do Relatório de Recursos Humanos, inserido como Apêndice B no presente diagnóstico.

9 MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Como parte da proposta de atuação em rede na política de assistência social, incluindo a articulação intersetorial com unidades de outras políticas públicas, o mapeamento atualizado das diversas unidades articuladas com a assistência se faz necessário. Assim, o presente diagnóstico possui, como Apêndice A, o mapeamento produzido pela Vigilância Socioassistencial destas unidades, tendo como referência o território de abrangência de cada CRAS no município.

10 CONCLUSÃO

O presente diagnóstico tem como principal finalidade retratar as informações relativas às fragilidades e vulnerabilidades sociais presentes no território do município, sendo que esta finalidade, considerando o exposto, pode ser considerada satisfeita. Tendo em vista a natureza das fontes de informações disponíveis, este cumpre seu papel de sistematizar os dados disponíveis na forma de um relatório que pode ser utilizado para o embasamento da política de assistência social. Nesta questão, é de fundamental relevância destacar, por exemplo, a latente demanda por um novo CRAS no território do atual CRAS Iguaçu, tendo em vista a sua demanda excepcional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada**. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS, 2016. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 24. out. 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD 2.0)**. Dados do primeiro semestre de 2024. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **Observatório do Cadastro Único, com filtro para o município de Fazenda Rio Grande, referente ao mês de julho de 2024**. Brasília: MDS, 2024. Disponível em: <<https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **Registro Mensal de Atendimentos do primeiro semestre de 2024 no município de Fazenda Rio Grande**. Brasília: MDS, 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **Relatório de programas e ações em Fazenda Rio Grande, referente ao mês de maio de 2024**. Brasília: MDS, 2024. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

////

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). **Manual de Gestão**

do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. 3 ed. Brasília: MDS, 2017. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Uunico.pdf>. Acesso em: 24. out. 2024.

FAZENDA RIO GRANDE. Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS. **Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025.** Fazenda Rio Grande: SMAS, 2022. Disponível em: <<https://www.fazendariogrande.pr.gov.br/secretarias/assistencia-social/pmas-2022-2025>>. Acesso em: 25 out. 2024

FAZENDA RIO GRANDE. Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS. **Registro Mensal de Atendimentos Municipal do primeiro semestre de 2024.** Fazenda Rio Grande: SMAS, 2024.

FAZENDA RIO GRANDE. Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS. Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS. **Prestação de contas APAE e CADI, referentes ao primeiro semestre de 2024.** Fazenda Rio Grande: CMAS, 2024.

FAZENDA RIO GRANDE. Secretaria Municipal de Urbanismo. Geoprocessamento. **Divisão municipal por abrangência territorial dos CRAS.** Fazenda Rio Grande: SMU, 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Fazenda Rio Grande. **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 24. out. 2024.

OLIVEIRA, D. C. **Retratos da população negra brasileira: como a dimensão racial tem sido considerada no censo demográfico do IBGE.** Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2022. Disponível em: <https://dippq.cefet-rj.br/ppr/attachments/article/81/192_Danielle%20Chaves%20e%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

SANTOS, M. A. O dinheiro e o território. In: **Revista Geographia.** Ano 1, nº 1. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 1999.



Vigilância Socioassistencial
Fazenda Rio Grande - PR

Mapeamento da Rede Socioassistencial e Políticas Setoriais: Território de Abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) - 2024



smas2021frg@gmail.com



SMAS: (41) 3608-7640



vigilancia.frg@gmail.com



VSA: (41) 3608-7627



Rua Tenente Sandro Luiz Kampa,
182 - Fazenda Rio Grande - Paraná



SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

GESTÃO MUNICIPAL

MARCO ANTONIO MARCONDES DA SILVA

PREFEITO DE FAZENDA RIO GRANDE

FABIANA PALINGER ANDRECZEVECZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JESSICA CAROLINE COSTA WEISS

DIRETORA GERAL SMAS

VALÉRIA MARIA SILVA DE MELLO

DIRETORA DE GESTÃO DO SUAS

ANA LILIAN FONSECA

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

MÁRCIA REJANE CARVALHO DE FREITAS TISKI

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

DENISE GREBOS

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

MARJANE RIBEIRO DA SILVA

DIRETORA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

VALÉRIA MARIA DA SILVA MELLO

DIRETORA DE GESTÃO DO SUAS

ELIANE OLIVEIRA DA SILVA

COORDENADORA DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTÊNCIAL.

LEANDRO DE SOUZA SANTOS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - GESTÃO DO SUAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão de Fazenda Rio Grande por abrangência territorial de cada CRAS.....	63
Figura 2 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Gralha Azul.....	64
Figura 3 - Unidades de Saúde no território do CRAS Gralha Azul.....	65
Figura 4 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Gralha Azul.....	66
Figura 5 - CMEIs no território do CRAS Gralha Azul.....	68
Figura 6 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Eucaliptos.....	69
Figura 7 - Unidades de Saúde no território do CRAS Eucaliptos.....	71
Figura 8 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Eucaliptos.....	72
Figura 9 - CMEIs no território do CRAS Eucaliptos.....	74
Figura 10 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Iguaçu.....	75
Figura 11 - Unidades de Saúde no território do CRAS Iguaçu.....	77
Figura 12 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Iguaçu.....	79
Figura 13 - CMEIs no território do CRAS Iguaçu.....	81
Figura 14 - Serviços de segurança pública e defesa de direitos nos três territórios de abrangência de cada CRAS.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Gralha Azul.....	64
Quadro 2 - Unidades de Saúde no território do CRAS Gralha Azul.....	66
Quadro 3 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Gralha Azul.....	66
Quadro 4 - CMEIs no território do CRAS Gralha Azul.....	68
Quadro 5 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Eucaliptos.....	69
Quadro 6 - Unidades de Saúde no território do CRAS Eucaliptos.....	71
Quadro 7 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Eucaliptos.....	73
Quadro 8 - CMEIs no território do CRAS Eucaliptos.....	74
Quadro 9 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Iguaçu.....	75
Quadro 10 - Unidades de Saúde no território do CRAS Iguaçu.....	78
Quadro 11 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Iguaçu.....	79
Quadro 12 - CMEIs no território do CRAS Iguaçu.....	81
Quadro 13 - Serviços de segurança pública e defesa de direitos nos três territórios de abrangência de cada CRAS.....	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA DO MAPEAMENTO DA REDE-----	62
1.1 MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS GRALHA AZUL-----	64
1.1.1 Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil e das Unidades de Assistência Social no Território do CRAS Gralha Azul-----	64
1.1.2 Mapeamento das Unidades de Saúde no Território do CRAS Gralha Azul-----	65
1.1.3 Mapeamento das Escolas Municipais, dos Colégios Estaduais e Outras Unidades da Rede Pública de Ensino no Território do CRAS Gralha Azul-----	66
1.1.4 Mapeamento dos Centros Municipais de Educação Infantil no Território do CRAS Gralha Azul-----	68
1.2 MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS EUCALIPTOS-----	69
1.2.1 Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil e das Unidades de Assistência Social no Território do CRAS Eucaliptos-----	69
1.2.2 Mapeamento das Unidades de Saúde no Território do CRAS Eucaliptos-----	71
1.2.3 Mapeamento das Escolas Municipais, dos Colégios Estaduais e Outras Unidades da Rede Pública de Ensino no Território do CRAS Eucaliptos-----	72
1.2.4 Mapeamento dos Centros Municipais de Educação Infantil no Território do CRAS Eucaliptos-----	74
1.3 MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS IGUAÇU-----	75
1.3.1 Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil e das Unidades de Assistência Social no Território do CRAS Iguaçu-----	75
1.3.2 Mapeamento das Unidades de Saúde no Território do CRAS Iguaçu-----	77
1.3.3 Mapeamento das Escolas Municipais, dos Colégios Estaduais e Outras Unidades da Rede Pública de Ensino no Território do CRAS Iguaçu-----	79
1.3.4 Mapeamento dos Centros Municipais de Educação Infantil no Território do CRAS Iguaçu-----	81
1.4 MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DE DIREITOS NOS TRÊS TERRITÓRIOS-----	82
1.5 OUTROS PONTOS DE APOIO INTERSETORIAIS-----	83

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA DO MAPEAMENTO DA REDE

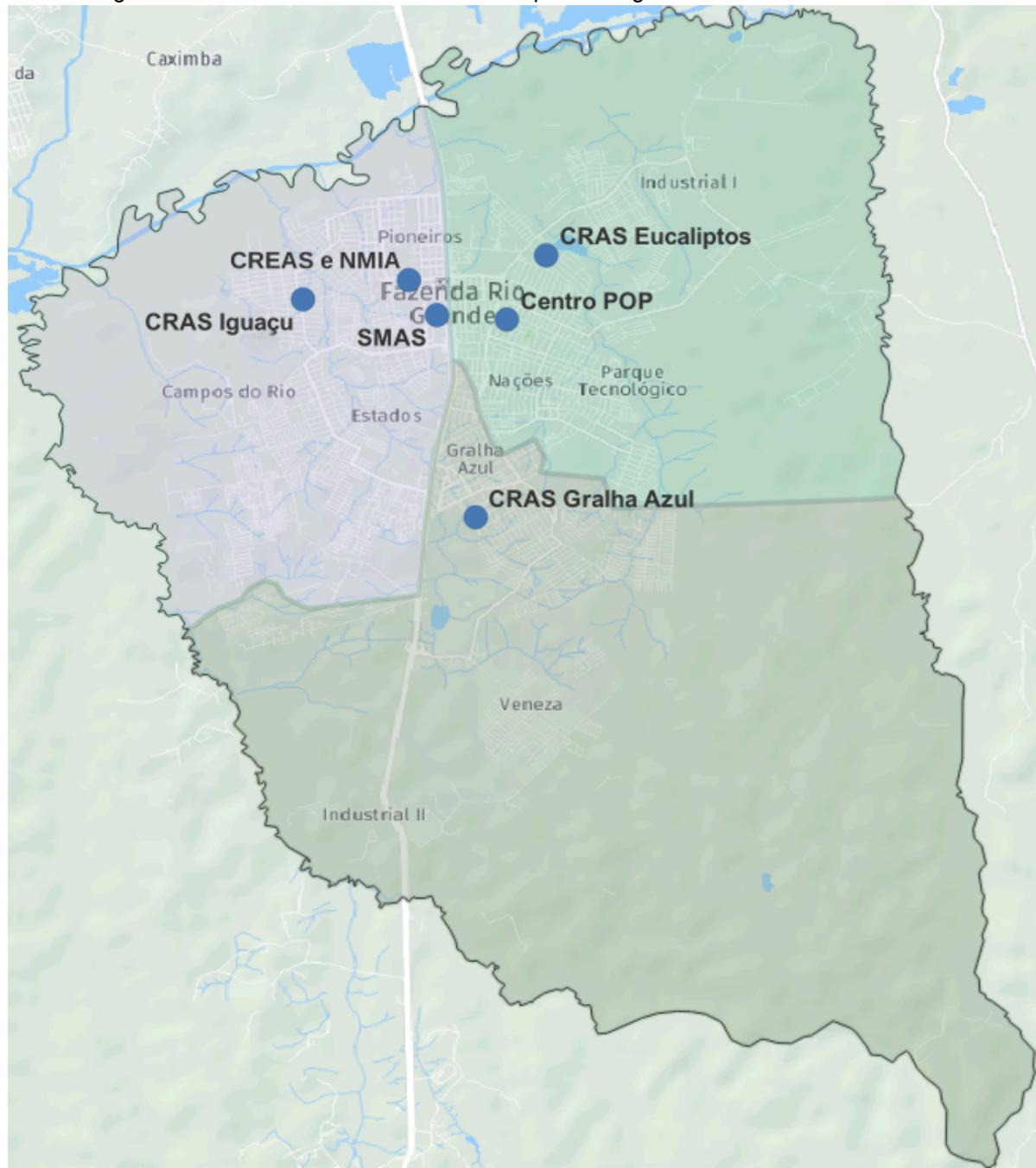
O mapeamento dos serviços da rede socioassistencial e de proteção de direitos visa ilustrar a disposição dos espaços físicos no território que estão relacionados com a política de assistência social. Essa relação pode ser direta, por meio da prestação de serviços socioassistenciais tipificados; ou indireta, por meio da intersetorialidade presente nas políticas públicas, como é o caso das políticas de Educação e Saúde, que possuem fundamental papel na identificação, acolhimento, notificação e encaminhamento em situações de violações de direitos.

Serão incluídas no mapeamento as Organizações da Sociedade Civil, pois estas atuam junto com as unidades públicas, complementando a atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e ampliando o alcance das políticas públicas de assistência social. As organizações dispostas a seguir atuam em conformidade com os pressupostos do artigo 3º da LOAS, estando também devidamente inscritas no CMAS de Fazenda Rio Grande. Seu papel na política de assistência social está na atuação integrada com os entes públicos nas proteções sociais básica e especial.

Por fim, para esta proposta de disposição cartográfica das unidades constituintes dessa atuação em rede, é importante conceitualizar o papel dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's) para a política de assistência social. A LOAS, em seu artigo 6º-C, define o CRAS como “unidade pública municipal [...] destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias”. É justamente essa função de referência para a proteção social básica no território que dita a importância deste enquanto espaço inserido no contexto da região por ele abrangida. Assim, o mapeamento a seguir irá dispor as diversas unidades que dialogam com a rede a partir do posicionamento destas em relação ao CRAS de cada divisão territorial.

Em uma perspectiva macro, a divisão do município pelas zonas de abrangência territorial de cada CRAS corresponde à figura 1, que indica também as outras unidades socioassistenciais públicas presentes na região.

Figura 1 - Divisão de Fazenda Rio Grande por abrangência territorial de cada CRAS

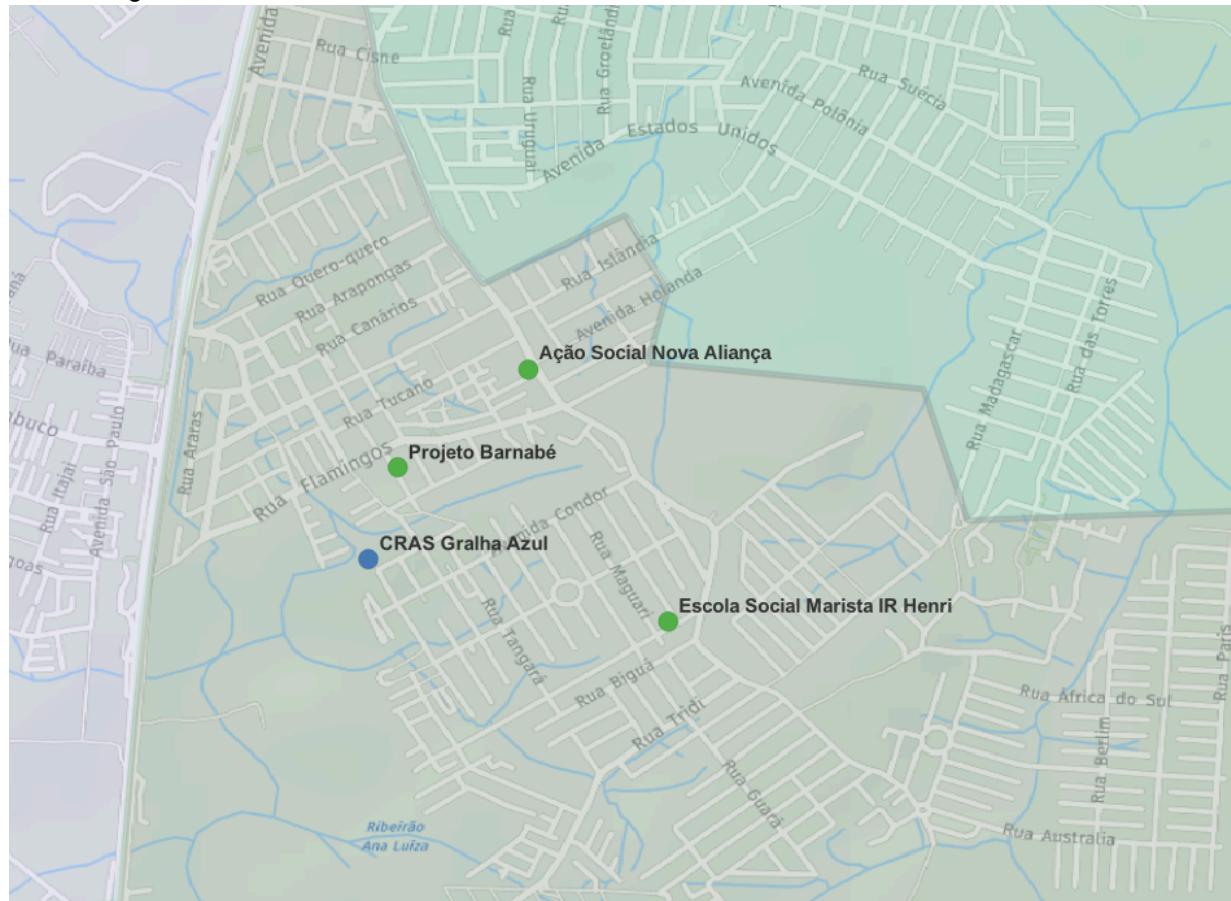


Fonte: Geoprocessamento FRG, 2024. Produzido pelo autor.

1.1 MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS GRALHA AZUL

1.1.1 Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil e das Unidades de Assistência Social no Território do CRAS Gralha Azul

Figura 2 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Gralha Azul



Fonte: Google Maps, 2024; SMAS (Controle Social e site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 1 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Gralha Azul

Nome	Natureza	Serviços	Endereço
CRAS Gralha Azul	Pública	1 - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3 - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para	Rua Cauré, 6921 - Gralha Azul

		Pessoas com Deficiência e Idosas. 4 - Programa Criança Feliz	
Ação Social Nova Aliança	Privada	Ações de defesa e Garantia de Direitos	Avenida Portugal, 1762 - Nações
Escola Social Marista Ir Henri	Privada	Ensino Fundamental	Rua Juruviara, 154 - Gralha Azul
Projeto Barnabé	Privada	Ações de defesa e Garantia de Direitos	Rua Tangará, 411 - Gralha Azul

Fonte: Google Maps, 2024; SMAS (Controle Social e site), 2024. Produzido pelo autor.

1.1.2 Mapeamento das Unidades de Saúde no Território do CRAS Gralha Azul

Figura 3 - Unidades de Saúde no território do CRAS Gralha Azul



Fonte: Google Maps, 2024; SMS-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.
 Quadro 2 - Unidades de Saúde no território do CRAS Gralha Azul

Nome	Natureza	Serviços	Endereço
Unidade de Saúde Gralha azul	Pública	Atenção primária em saúde	Avenida Portugal, 1866 - Nações
Unidade de Saúde Santa Maria	Pública	Atenção primária em saúde	Rua Curitiba, 1381
Unidade de Saúde São Sebastião	Pública	Atenção primária em saúde	Rua Mário de Andrade, 975 - Veneza

Fonte: Google Maps, 2024; SMS-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

1.1.3 Mapeamento das Escolas Municipais, dos Colégios Estaduais e Outras Unidades da Rede Pública de Ensino no Território do CRAS Gralha Azul

Figura 4 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Gralha Azul



Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 3 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Gralha Azul

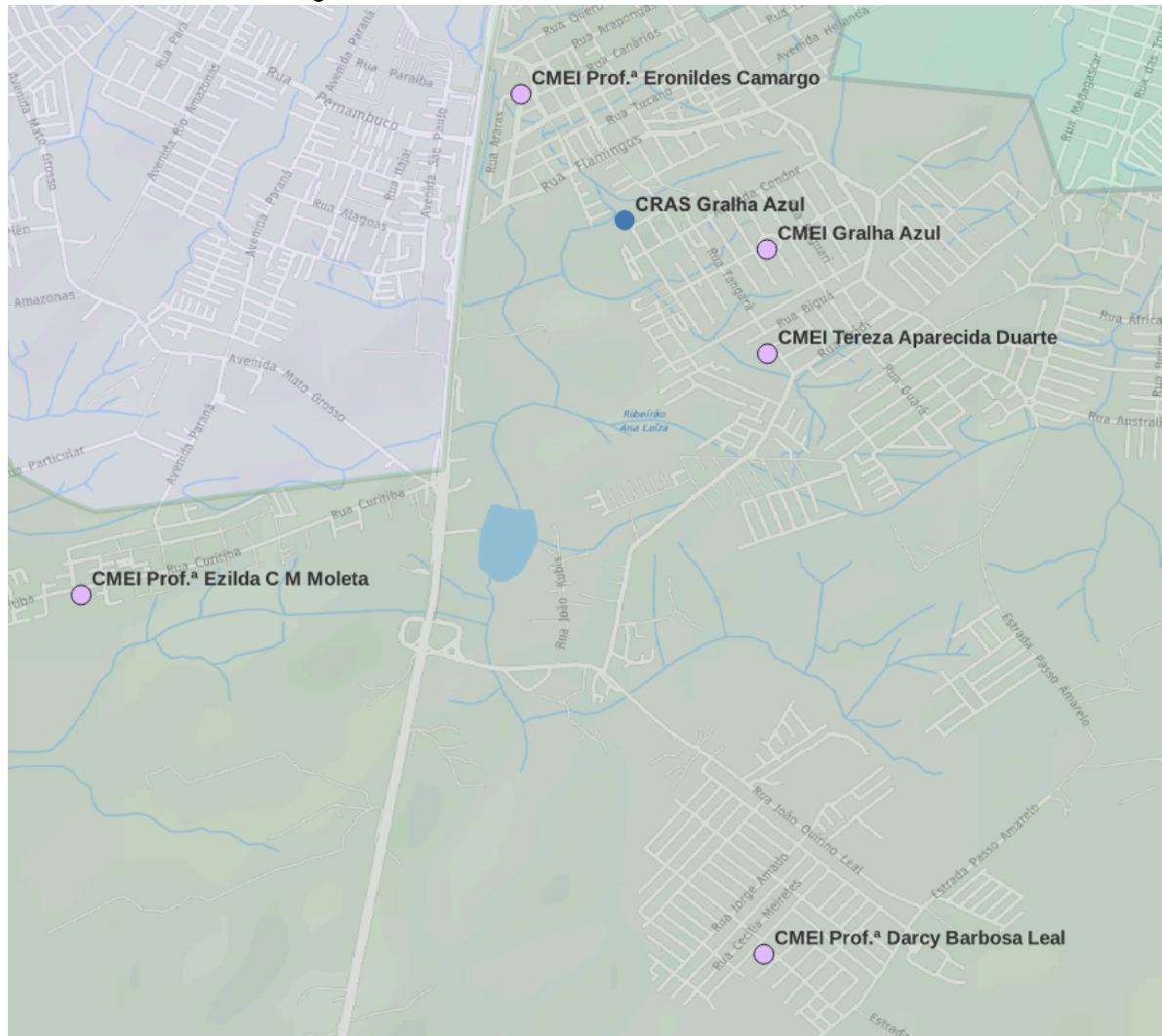
Nome	Natureza	Serviços	Endereço
Anita Canet	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Avenida Islândia, 1056 – Nações
Antonio Baldan	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental; E Médio	Rua Albatroz, 430 – Gralha Azul
Francisco Quirino Machado	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua João Quirino Leal, 392 - São

			Sebastião
Generoso Salustiano Barbosa	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1;	Rua Paulo Leminski, 729 – Jardim Veneza
Prof. Anderson Rangel	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua Carlos Drummond de Andrade, 1753 - Veneza
Prof.ª Maryle Aparecida Schettert Ferri	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Tangará, 708 – Gralha Azul
Santa Maria	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Curitiba, 654 – Santa Maria
Senador Alô Guimarães	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Da Rua Demétrio Zanão, seguir até passar a Chácara Sol Místico e virar na primeira Estrada Rua Passo Amarelo, depois virar à esquerda na primeira bifurcação
Valdivino Parolin Acordes	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua Curitiba, 1288 – Estados

Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

1.1.4 Mapeamento dos Centros Municipais de Educação Infantil no Território do CRAS Gralha Azul

Figura 5 - CMEIs no território do CRAS Gralha Azul



Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 4 - CMEIs no território do CRAS Gralha Azul

Nome	Natureza	Serviços	Endereço
Gralha Azul	Pública Municipal	E Infantil	Avenida Albatroz, 430 – Gralha Azul
Prof.ª Eronildes Camargo	Pública Municipal	E Infantil	Rua Canários, 69 - Gralha Azul
Prof.ª Ezilda Christiano Machado Moleta	Pública Municipal	E Infantil	Rua Curitiba, 1453 - Estados
Prof.ª Darcy Barbosa Leal	Pública Municipal	E Infantil	Rua Carlos Drummond de

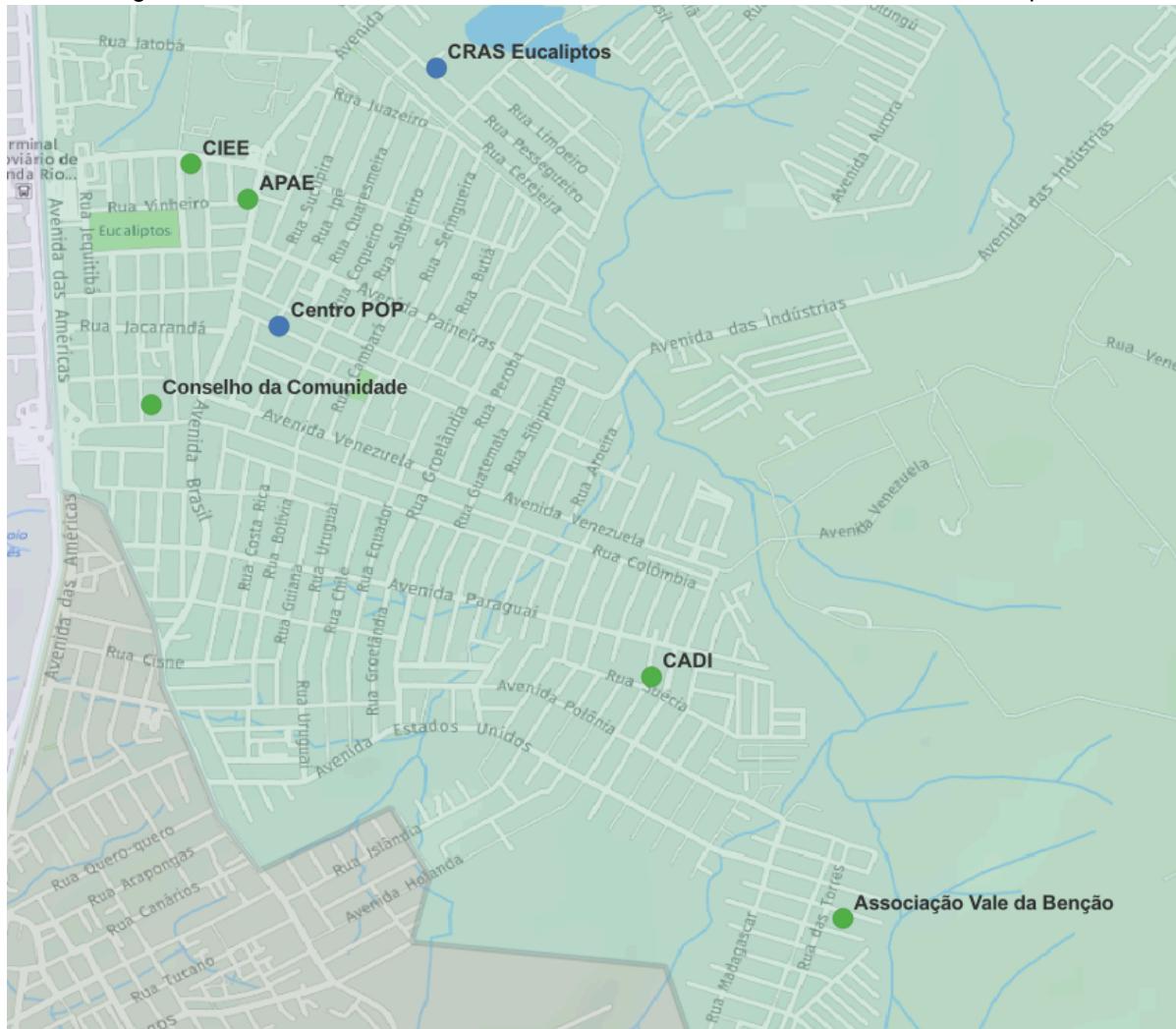
			Andrade, 1780
Tereza Aparecida Duarte	Pública Municipal	E Infantil	Rua Crispim, 1602 - Gralha Azul

Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

1.2 MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS EUCALIPTOS

1.2.1 Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil e das Unidades de Assistência Social no Território do CRAS Eucaliptos

Figura 6 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Eucaliptos



Fonte: Google Maps, 2024; SMAS (Controle Social e site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 5 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Eucaliptos

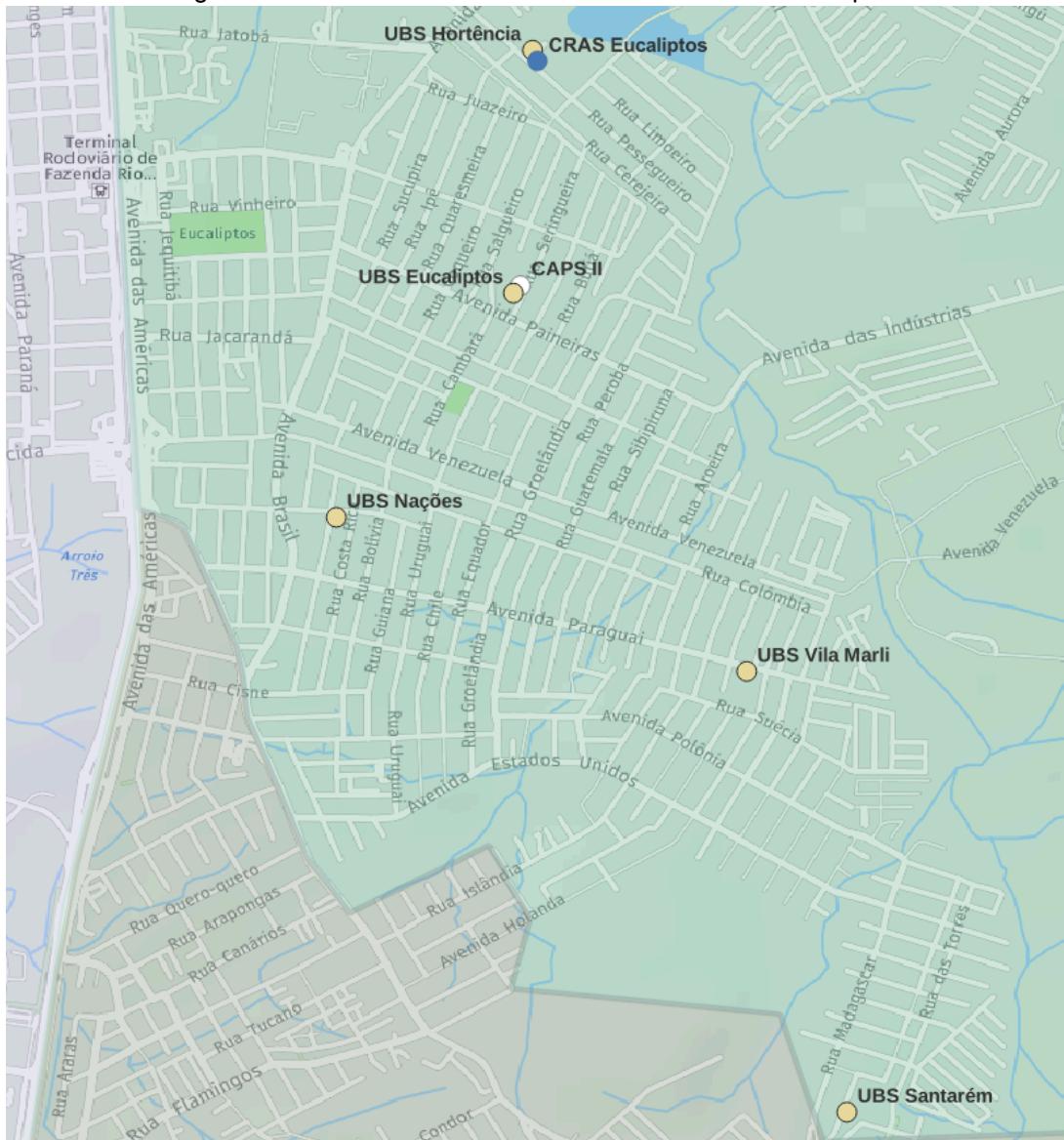
Nome	Natureza	Serviços	Endereço
CRAS Eucaliptos	Pública	1- Serviço de Proteção e	Rua Pessegueiro, 249 - Eucaliptos

		<p>Atendimento Integral à Família (PAIF);</p> <p>2- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</p> <p>3- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.</p> <p>Programa Criança Feliz</p>	
Associação Vale da Benção	Privada	Ações de defesa e Garantia de Direitos	Rua Cabo Verde, 512 - Nações
APAE	Privada	Área educacional, da saúde e S.C.F.V	Avenida Brasil, 1618 - Eucaliptos
CADI	Privada	Serviço de Convivência e Fortalecimento Vínculos- S.C.F.V	Rua Dinamarca, 39 - Nações
Centro POP	Pública	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.	Rua Ipê, 895 - Eucaliptos
CIEE	Privada	Programa de Aprendizagem	Avenida Araucárias, 422 - Eucaliptos
Conselho da Comunidade	Privada	Defesa e Garantia de Direitos	Rua Inglaterra, 545 - Nações

Fonte: Google Maps, 2024; SMAS (Controle Social e site), 2024. Produzido pelo autor.

1.2.2 Mapeamento das Unidades de Saúde no Território do CRAS Eucaliptos

Figura 7 - Unidades de Saúde no território do CRAS Eucaliptos



Fonte: Google Maps, 2024; SMS-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 6 - Unidades de Saúde no território do CRAS Eucaliptos

Nome	Natureza	Serviços	Endereço
Centro de Atenção Psicossocial II	Pública	Atenção à pessoas em sofrimento psíquico	Rua Seringueira, 489 - Eucaliptos
Unidade de Saúde Eucaliptos	Pública	Atenção primária em saúde	Rua Seringueira, 494 - Eucaliptos
Unidade de Saúde Hortência	Pública	Atenção primária em saúde	Rua Pessegueiro, 227 - Eucaliptos

Unidade de Saúde Nações	Pública	Atenção primária em saúde	Rua Egito, 478 - Nações
Unidade de Saúde Santarém	Pública	Atenção primária em saúde	Rua Niger, 182 - Nações
Unidade de Saúde Vila Marli	Pública	Atenção primária em saúde	Av Paraguai, 1738 - Nações

Fonte: Google Maps, 2024; SMS-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

1.2.3 Mapeamento das Escolas Municipais, dos Colégios Estaduais e Outras Unidades da Rede Pública de Ensino no Território do CRAS Eucaliptos

Figura 8 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Eucaliptos



Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

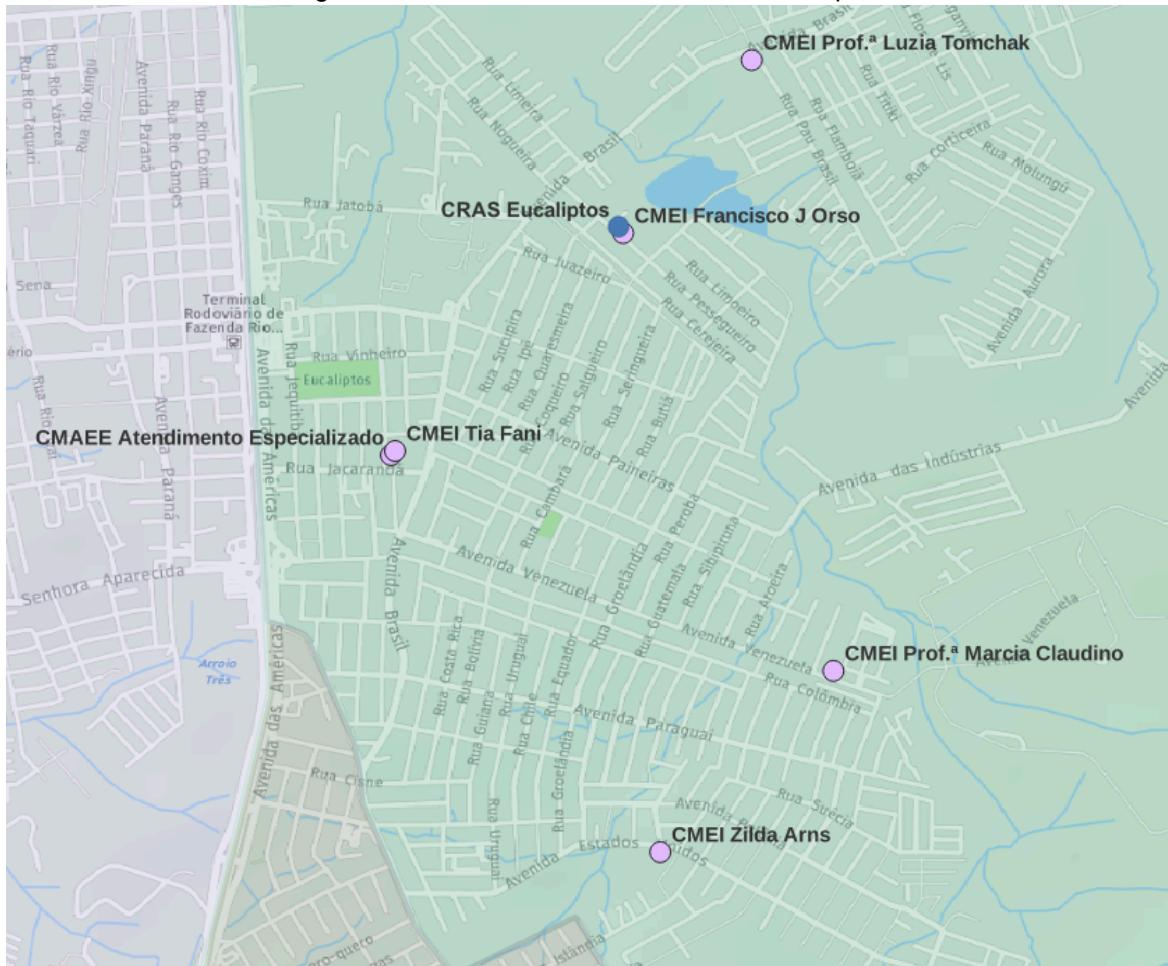
Quadro 7 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Eucaliptos

Nome	Natureza	Serviços	Endereço
26 de Janeiro	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Avenida Brasil, 2014 - Nações
Alcides Mario Pelanda	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Pessegueiro, 179 – Eucaliptos
Arnaldo Busato	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Avenida Brasil , 1540 – Eucaliptos
Dr. Décio Dossi	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua Largo Da Amoreira, 65 – Eucaliptos
Fazenda Rio Grande	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Avenida Polônia, 737 - Nações
Guisela Kuss Rieke	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Avenida Portugal, 244 – Nações
Liria Micheleto Nichele	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Avenida Estados Unidos, 1818 – Nações
Lucy Requião de Melo e Silva	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua Videira, 315 - Eucaliptos
Luiz Nichele	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Eritréia, 171 – Jardim Santarém – Nações
Olindamir Merlin Cláudio	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua Guiana, 544 – Nações
Prof. ^ª Anete Franco da Costa Leal	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Corticeira, 556 - Eucaliptos
Prof. João Hoinatz de Andrade	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua Jatobá, 911 - Eucaliptos
Prof. ^ª Valdineia dos Santos	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Avenida Holanda, 110 - Nações
São Francisco de Assis	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua El Salvador, 471 – Nações

Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

1.2.4 Mapeamento dos Centros Municipais de Educação Infantil no Território do CRAS Eucaliptos

Figura 9 - CMEIs no território do CRAS Eucaliptos



Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 8 - CMEIs no território do CRAS Eucaliptos

Nome	Natureza	Serviços	Endereço
Atendimento Especializado	Pública Municipal	Atendimento Educacional Especializado	Rua Castanheira, 596 - Eucaliptos
Francisco João Orso	Pública Municipal	E Infantil	Avenida Pessegueiro, 207 - Eucaliptos
Prof.ª Marcia Claudino	Pública Municipal	E Infantil	Avenida Venezuela, 1525 - Nações
Prof.ª Luzia Tomchak	Pública Municipal	E Infantil	Rua Pau Brasil, 2420 - Eucaliptos

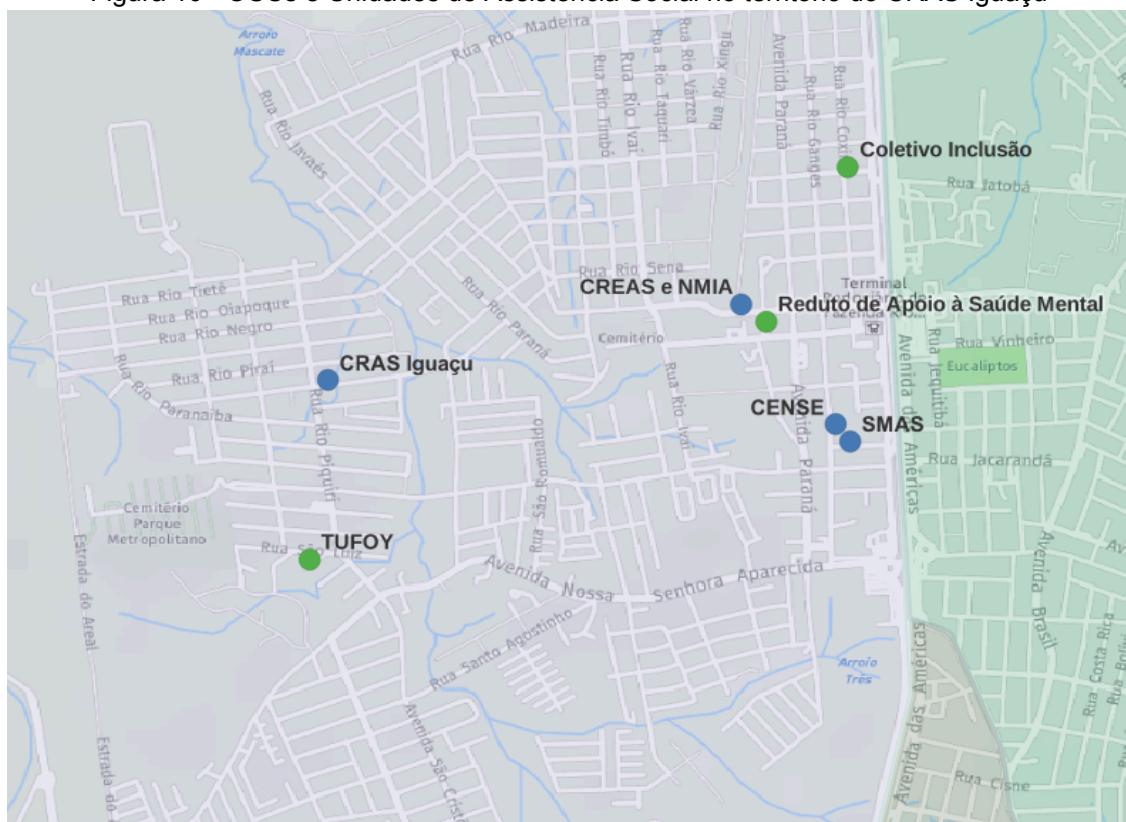
Tia Fani	Pública Municipal	E Infantil	Avenida Brasil, 2014 - Nações
Zilda Arns	Pública Municipal	E Infantil	Avenida Estados Unidos, 956 - Nações

Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

1.3 MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS IGUAÇU

1.3.1 Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil e das Unidades de Assistência Social no Território do CRAS Iguacu

Figura 10 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Iguacu



Fonte: Google Maps, 2024; SMAS (Controle Social e site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 9 - OSCs e Unidades de Assistência Social no território do CRAS Iguacu

Nome	Natureza	Serviços	Endereço
CRAS Iguacu	Pública	1- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2- Serviço de Convivência e	Rua Rio Paranapanema, 616 - Iguacu

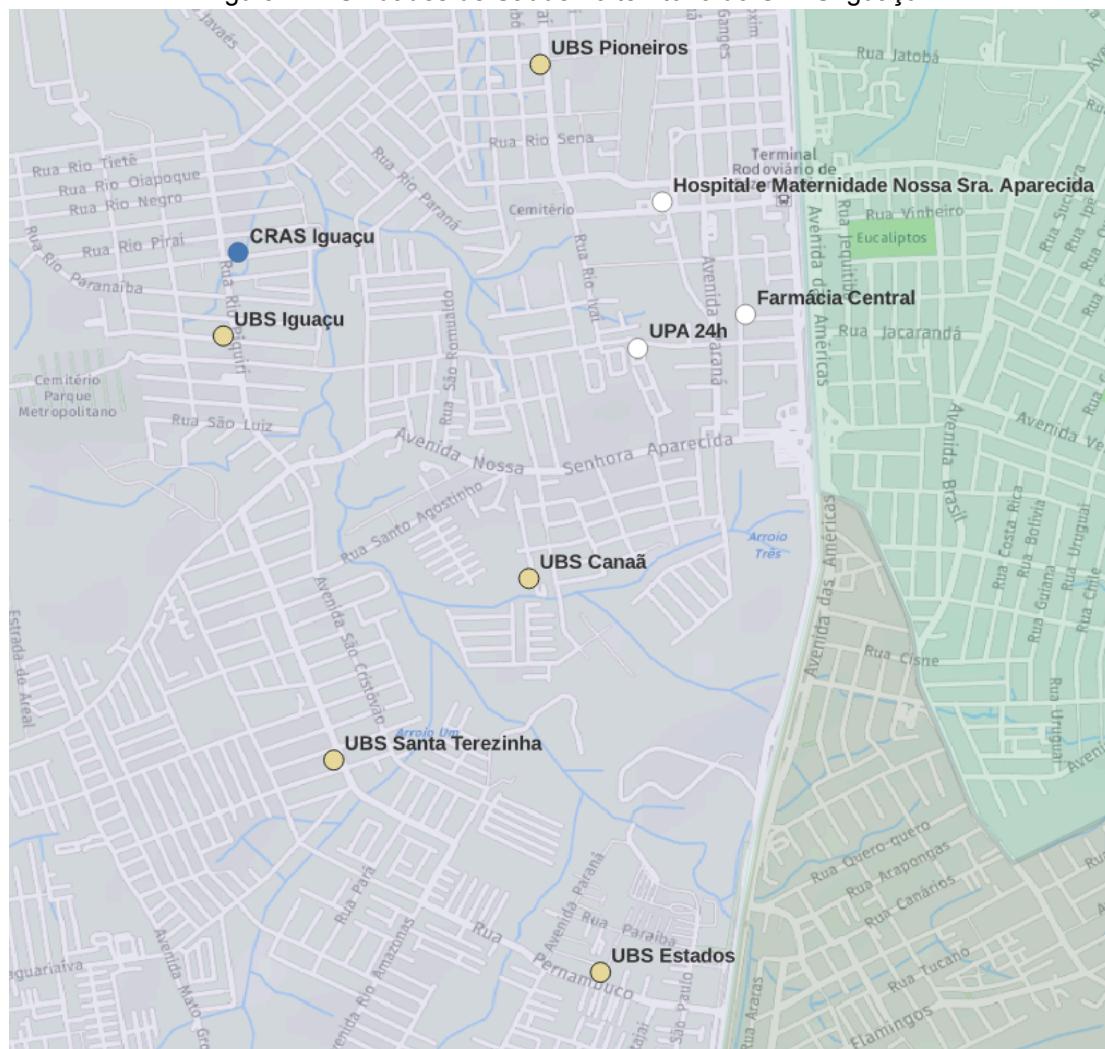
		Fortalecimento de Vínculos; 3- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Programa Criança Feliz	
CREAS	Pública	1- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); 2- Serviço Especializado em Abordagem Social; 3- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;	Rua Silvano José Baldan, 1459 - Iguaçu
CENSE	Pública	Medida Socioeducativa de Internação	Rua Manoel Claudino Barbosa, 1725 - Pioneiros
Coletivo Inclusão	Privada	Defesa e Garantia de Direitos	Rua Ephigênio Pereira da Cruz,

			981 - Pioneiros
NMIA	Pública	Escuta Especializada	Rua Silvano José Baldan, 1459 - Iguaçu
Reduto de Apoio à Saúde Mental	Privada	Ações de defesa e Garantia de Direitos	Rua Farid Stephens, 237 - Pioneiros
SMAS	Pública	Gestão da Política de Assistência Social	Rua Ten. Sandro Luiz Kampa, 182 - Iguaçu
TUFOY	Privada	Ações de defesa e Garantia de Direitos	Rua São Luiz, 525 - Santa Terezinha

Fonte: Google Maps, 2024; SMAS (Controle Social e site), 2024. Produzido pelo autor.

1.3.2 Mapeamento das Unidades de Saúde no Território do CRAS Iguaçu

Figura 11 - Unidades de Saúde no território do CRAS Iguaçu



Fonte: Google Maps, 2024; SMS-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 10 - Unidades de Saúde no território do CRAS Iguaçu

Nome	Natureza	Serviços	Endereço
Farmácia Central	Pública	Ouvidoria; disponibilização de medicamentos	Rua Tenente Sandro Luiz Kampa, 182 - Iguaçu
Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida	Pública	Atenção secundária em saúde	Rua Francisco Claudino dos Santos, 430 - Iguaçu
Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h	Pública	Atenção terciária em saúde	Rua Rio Tejó, 515 - Iguaçu
Unidade de Saúde Canaã	Pública	Atenção primária em saúde	Rua São Teófilo, 367 - Santa

			Terezinha
Unidade de Saúde Estados	Pública	Atenção primária em saúde	Travessa União da Vitória, 167 - Estados
Unidade de Saúde Iguaçu	Pública	Atenção primária em saúde	Rua Rio Guarani, 235-403 - Iguaçu
Unidade de Saúde Pioneiros	Pública	Atenção primária em saúde	Rua Rio Ivaí, 725 - Iguaçu
Unidade de Saúde Santa Terezinha	Pública	Atenção primária em saúde	Rua Santa Mônica, 486 - Santa Terezinha

Fonte: Google Maps, 2024; SMS-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

1.3.3 Mapeamento das Escolas Municipais, dos Colégios Estaduais e Outras Unidades da Rede Pública de Ensino no Território do CRAS Iguaçu

Figura 12 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Iguaçu



Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 11 - Escolas municipais e colégios estaduais no território do CRAS Iguaçu

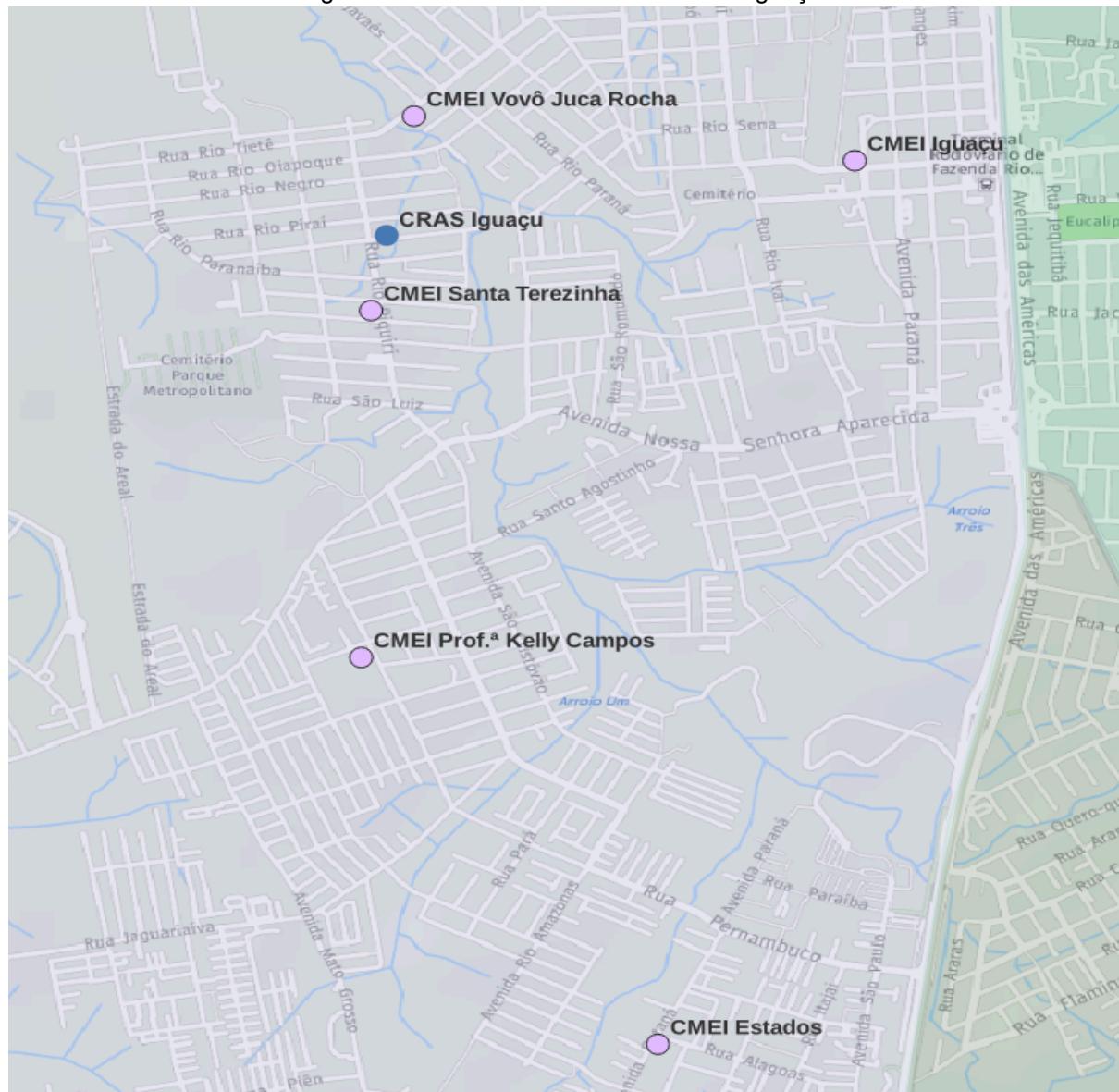
Nome	Natureza	Serviços	Endereço
Prof.ª Susi Cristine da Silva Silva	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua Virmond, 669 - Estados
Rubia Mara da Cruz Pacheco	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Tv. Pinhão, 110 - Estados
Joaquim Katsuki Matsumoto	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Mandirituba, 179 – Estados
Santa Cecília	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Maranhão, 74 – Estados
Abílio Lourenço dos Santos	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua São Gabriel, 1103 - Santa

			Terezinha
Deputado Luiz Gabriel Sampaio	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua São Brás, nº 94 – Santa Terezinha
Carlos Eduardo Nichele	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Nossa Sra. do Rocio, 114 - Santa Terezinha
Desembargador Cunha Pereira	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua São Natalino, 2291 – Santa Terezinha
Prof.ª Isabel Cristina Schwalbe Borges	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua São Nicolau, 2420 - Santa Terezinha
Nossa Senhora de Fátima	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Rio Guarani, 365 - Iguaçu
Desembargador Jorge Andriguetto	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua Francisco Claudino dos Santos, 488 - Iguaçu
Marlene Barbosa	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Alfredo Gonchorovski, 337 – Pioneiros
Bayard Osna	Pública Estadual	E Fundamental 2; E Médio	Rua Rio Santana, 459 – Iguaçu
Santa Fé	Pública Municipal	E Infantil; E Fundamental 1	Rua Rio Tietê, 500 - Iguaçu
Mathilde Pissaia Pelanda	Pública Estadual	CEEBJA (EF e EM para jovens e adultos)	Rua Prof. Alfredo Gonchorovski, 337 - Iguaçu
Erotídes Ângelo Nichele	Pública Estadual	E Médio; E Técnico integrado e subsequente	Rua Rio Xingú, 1172 - Iguaçu

Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

1.3.4 Mapeamento dos Centros Municipais de Educação Infantil no Território do CRAS Iguaçu

Figura 13 - CMEIs no território do CRAS Iguaçu



Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 12 - CMEIs no território do CRAS Iguaçu

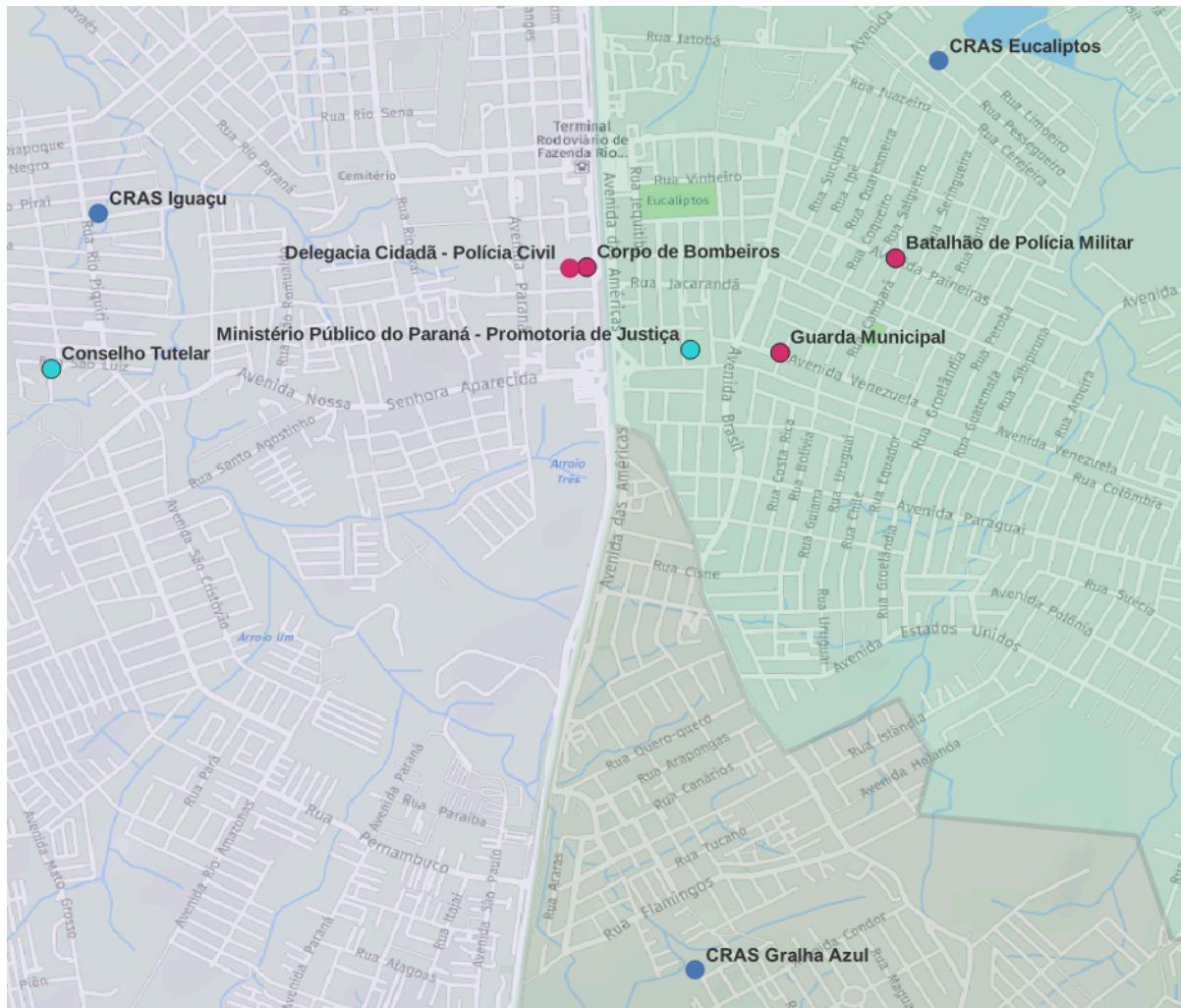
Nome	Natureza	Serviços	Endereço
Estados	Pública Municipal	E Infantil	Avenida Paraná, 2014 - Estados
Iguacu	Pública Municipal	E Infantil	Rua Farid Stephens, 179 - Pioneiros
Prof.ª Kelly	Pública Municipal	E Infantil	Avenida Nossa

Campos			Senhora de Guadalupe, 738 - Santa Terezinha
Santa Terezinha	Pública Municipal	E Infantil	Rua Rio Piquiri, 812 - Iguaçu
Vovô Juca Rocha	Pública Municipal	E Infantil	Rua Rio Tietê, 769 - Iguaçu

Fonte:<consultaescolas.pr.gov.br>, 2024; SME-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

1.4 MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DE DIREITOS NOS TRÊS TERRITÓRIOS

Figura 14 - Serviços de segurança pública e defesa de direitos nos três territórios de abrangência de cada CRAS



Fonte: Google Maps, 2024; MP-PR (site), 2024; SMAS-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

Quadro 13 - Serviços de segurança pública e defesa de direitos nos três territórios de abrangência de cada CRAS

Nome	Natureza	Serviços	Endereço
Conselho Tutelar	Pública	Defesa e garantia de direitos para crianças e adolescentes	Rua São Luís, 965 - Santa Terezinha
Corpo de Bombeiros	Pública	Prevenção e combate a incêndios; atendimento a emergências com traumas físicos e resgates	Rua Tenente Sandro Luiz Kampa, 50 - Iguaçu
Delegacia Cidadã	Pública	Emissão de documentos e registros; boletins de ocorrência; investigação policial; acolhimento à vítimas; operações de policiamento	Rua Tenente Sandro Luiz Kampa, 144 - Iguaçu
Guarda Municipal	Pública	Segurança pública e apoio à comunidade	Avenida Venezuela, 247 - Nações
MP-PR - Promotoria de Justiça	Pública	Promoção de justiça e defesa de direitos fundamentais na esfera jurídica	Rua Inglaterra, 545 - Nações
Polícia Militar	Pública	Segurança pública ostensiva; manutenção da ordem pública	Avenida Paineiras, 461 - Eucaliptos

Fonte: Google Maps, 2024; MP-PR (site), 2024; SMAS-FRG (site), 2024. Produzido pelo autor.

1.5 OUTROS PONTOS DE APOIO INTERSETORIAIS

Além do mapeado, são considerados outros pontos de apoio intersetoriais no município e que podem ser explorados pela política de assistência social, sobretudo em atividades ligadas à cultura e ao esporte:

- Ginásio de Esportes Gurizão, com endereço na R. São João, 1042 - Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande.
- Centro Multieventos de Fazenda Rio Grande, com endereço na Av. Brasil - Eucaliptos, Fazenda Rio Grande
- Parque Verde, com endereço na R. Santos, 100 - Estados, Fazenda Rio

Grande

- Banda Escola, com endereço na Av. Santa Mônica, 724 - Santa Terezinha, Fazenda Rio Grande
- Praça Centro de Esportes Unificados, com endereço na R. São Nicolau, 2450 Iguaçu, Fazenda Rio Grande
- Teatro Municipal de Fazenda Rio Grande, localizado na R. Itália, 287 - Nações, Fazenda Rio Grande

APÊNDICE B

**Gestão do Trabalho
Fazenda Rio Grande - PR**

RELATÓRIO DE RECURSOS HUMANOS - 2024

Secretaria Municipal de Assistência Social

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande



smas2021frg@gmail.com



SMAS: (41) 3608-7640



gtsuas.frg@gmail.com



GT: (41) 3608-7627



**Rua Tenente Sandro Luiz Kampa,
182 - Fazenda Rio Grande - Paraná**



**PREFEITURA DE
FAZENDA
RIO GRANDE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

GESTÃO MUNICIPAL

MARCO ANTONIO MARCONDES DA SILVA

PREFEITO DE FAZENDA RIO GRANDE

FABIANA PALINGER ANDRECZEVECZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JESSICA CAROLINE COSTA WEISS

DIRETORA GERAL SMAS

VALÉRIA MARIA SILVA DE MELLO

DIRETORA DE GESTÃO DO SUAS

ANA LILIAN FONSECA

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

MÁRCIA REJANE CARVALHO DE FREITAS TISKI

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

DENISE GREBOS

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

MARJANE RIBEIRO DA SILVA

DIRETORA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

VALÉRIA MARIA DA SILVA MELLO

DIRETORA DE GESTÃO DO SUAS

ELIANE OLIVEIRA DA SILVA

COORDENADORA DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTÊNCIAL.

LEANDRO DE SOUZA SANTOS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - GESTÃO DO SUAS

1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta um comparativo entre a previsão de equipe de referência prevista na NOB-RH/SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos) e composição das equipes das unidades do SUAS no município de Fazenda Rio Grande – PR no mês de setembro/2024.

As equipes de referência são formadas por servidores efetivos que têm a responsabilidade de organizar e ofertar serviços, programas, projetos e benefícios voltados à proteção social básica e especial, considerando o número de famílias e indivíduos atendidos, o tipo de atendimento e as garantias necessárias aos usuários.(BRASIL,2006)

Destacamos que a NOB-RH/SUAS é um documento norteador que necessita de atualização em virtude de normativas posteriores a 2006, como a Resolução CNAS N° 9 de 2015, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental no SUAS e a Lei nº12317 de 2010, que estabelece a carga horária de 30 horas para Assistentes Sociais.

Em relação à equipe do Órgão Gestor, será utilizado como referência também o Questionário do Censo SUAS, que solicita a indicação da existência de determinados setores na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social

2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

2.1. CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As tabelas abaixo apresentam as equipes previstas na NOB-RH/SUAS e os profissionais reconhecidos pela Resolução CNAS N° 9 de 2015.

Equipe de Referência do CRAS	CRAS Eucaliptos	CRAS Gralha Azul	CRAS Iguaçu
4 técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais,	4 Técnicos de nível superior: 1 Coordenadora	5 Técnicos de nível Superior: 1 Coordenadora	4 Técnicos de nível Superior: 1 Coordenadora:

um psicólogo e outro profissional que compõe o SUAS*	(Psicóloga) 3 Assistentes Sociais	(Assistente Social) 4 Assistentes Sociais	(Psicóloga) 1 Assistente Social
--	--------------------------------------	--	------------------------------------

4 técnicos de nível médio	4 Técnicos de nível médio: 1 Educadora Social e 3 Assistentes Administrativos	4 Técnicos de nível médio: 1 Educadora Social 3 Assistentes Administrativos	4 Assistentes Sociais 4 Técnico de nível Médio: 1 Educadores (a) Social 2 Assistentes Administrativos 1 Apoio Administrativo
Profissionais de apoio à execução dos serviços (não obrigatórios): serviços gerais, cozinheira, motorista, etc.... Obs: são reconhecidos pela Resolução CNAS N° 9 de 2015, porém sem indicação de quantidade mínima.	1 Auxiliar Serviços Gerais (terceirizado-Llicitação) 1 Motorista (terceirizado-llicitação) 1 Motorista (concursado)	1 Auxiliar Serviços Gerais (terceirizado-Llicitação) 1 Motorista (terceirizado-Llicitação) 2 motoristas concursados	1 Auxiliar Serviços Gerais (terceirizado-Llicitação) 1 Motorista (terceirizado-Llicitação) 1 Motorista concursado
	2 Estagiários de Ensino Superior 2 Estagiários de Ensino Médio	3 Estagiários de Ensino Superior 2 Estagiários de Ensino Médio	1 Estagiária de nível Superior e 2 Estagiários de Ensino médio
Total	15 Profissionais	17 Profissionais	14 Profissionais

Fonte: CadSUS

Com base nas diretrizes da NOBRH/SUAS, observamos que apenas o CRAS Gralha Azul apresenta pendências, uma vez que não conta com um profissional de psicologia disponível.

2.2. CENTRO DE CONVIVÊNCIA AMIGOS DA MELHOR IDADE

Equipe de Referência do Centro de Convivência para pessoas idosas	Equipe do Centro de Convivência Amigos da Melhor Idade (Fazenda Rio Grande)
Não possui previsão na NOB-RH/SUAS	1 Coordenadora (Professora) 1 Auxiliar de Serviços Gerais (concursada) 1 Auxiliar de Serviços Gerais (terceirizado- Licitação) 1 Estagiários
Total	4

Fonte: Cadsuas

3 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

3.1. CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Nob-RH/SUAS prevê o atendimento mensal para 50 pessoas por tratar-se de município habilitado na gestão básica de Assistência Social.

Equipe de Referência do CREAS	CREAS – Fazenda Rio Grande
4 Técnicos de Nível Superior, sendo 1 coordenador, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 advogado. 3 Técnicos de nível médio, sendo 1 auxiliar administrativo e 2 para abordagem dos usuários.	5 Técnicos de nível superior: 1 Coordenadora (Pedagoga Social), 3 Assistentes Sociais (30 horas) 1 Psicóloga 5 Técnicos de Nível médio: 2 Cuidadores Sociais (Abordagem Social) 1 Assistente Administrativo 1 Educadores Sociais
Profissionais de apoio à execução dos serviços (não obrigatórios): serviços gerais, cozinheira, motorista, etc.... Obs: são reconhecidos pela Resolução CNAS N° 9 de 2015, porém sem indicação de quantidade mínima.	1 Serviços Gerais terceirizado-Licitação) 3 Motoristas (concursados)

	2 Estagiários de nível médio
Total	15

Fonte: Cadsuas

Verifica-se a ausência de um Técnico de Nível Superior (advogado), conforme estabelecido nas diretrizes do RH/SUAS.

3.2. CENTRO POP – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Equipe de referência Centro POP Orientações Técnicas do Centro Pop	Centro Pop – Fazenda Rio Grande
6 Técnicos de Nível Superior, sendo 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 Profissional do SUAS* (preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional).	Técnico de nível superior: 1 coordenadora (Assistente Social 30 horas) 1 psicólogo 1 Assistente Social Técnico de nível médio 1 Cuidadores (as) Sociais 1 Assistente Administrativo
4 Técnicos de nível superior ou médio, sendo para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades.	
Profissionais de apoio à execução dos serviços (não obrigatórios): serviços gerais, cozinheira(o), motorista, etc.... Obs: são reconhecidos pela Resolução CNAS N° 9 de 2015, porém sem indicação de quantidade mínima.	3 Serviços Gerais(2 concursados 1 terceirizados) 1 Motorista (terceirizados-Lição)
Total	8 Profissionais

Fonte: Cadsuas

O Centro Pop de Fazenda Rio Grande atende em média 80 pessoas por mês,

possuindo equipe de referência para atendimento de 50 pessoas. Ainda, tanto sua coordenação, quanto técnicos de nível superior são compartilhados com a unidade de Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas em Situação de Rua.

3.3. NÚCLEO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

Equipe de referência lei nº 1.345/2020 de 08 de janeiro de 2020	Núcleo Municipal da Infância e Adolescência - FRG
1 Coordenador 3 Técnicos de nível superior, sendo um da Assistência Social, um da Saúde e um da Educação	1 Coordenadora (PSE) 1 Técnica de Nível superior cedida Educação 1 Técnica de Nível superior cedida pela Saúde 1 Apoio Administrativo (Comissionada)
Total	3

Fonte: Recursos Humanos

Com base na Lei nº 1.345/2020, de 8 de janeiro de 2020 a equipe está completa

4 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

4.1. ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Equipe de Referência do Família Acolhedora	Equipe de Referência do Família Acolhedora - FRG
1 Coordenador de Nível Superior 1 Assistente Social 1 Psicólogo	Equipe Compartilhada com o Acolhimento Institucional e Familiar para crianças e Adolescentes: 1 Coordenadora Técnica (Assistente Social Técnica) 1 Assistente Social (30 horas) 1 Psicóloga

Fonte: Cadusas

4.2. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTE

Equipe de Referência do Acolhimento Institucional para	Equipe do Acolhimento Institucional e Familiar para
---	--

crianças e Adolescentes.	crianças e Adolescentes de Fazenda Rio Grande.
1 coordenador (nível médio ou superior) 1 Assistente Social, 1 Psicólogo(a).	1 Coordenadora Técnica (Assistente Social Técnica) 1 Assistente Social (30 horas) 1 Psicóloga 1 Coordenadora Administrativa (nível médio, Cuidadora Social)
Técnicos de nível médio(cuidadores sociais) e fundamental (Auxiliares de cuidadores) 2 profissionais por turno para até 10 acolhidos(as) Obs: A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica.	18 Cuidadores Sociais (concursados)
Profissionais de apoio à execução dos serviços(serviços gerais, cozinheira(o), motorista, etc...)são reconhecidos pela Resolução CNAS N° 9 de 2015, porém sem indicação de quantidade mínima.	7 Serviços Gerais(concursadas) 4 Motorista (2 concursados e 2 terceirizados)
Total	31 profissionais

Fonte: Recursos Humanos

4.3. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS ADULTAS EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS FAMÍLIAS

Equipe de Referência Acolhimento Institucional para pessoas adultas em situação de rua e suas famílias.	Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas em Situação de Rua de Fazenda Rio Grande.
1 coordenador (nível médio ou superior) 1 Assistente Social, 1 Psicólogo(a).	Equipe compartilhada com o Centro Pop: 1 coordenadora (Assistente Social 30 horas) 1 psicólogo

Técnicos de nível médio(cuidadores sociais) e fundamental (Auxiliares de Cuidadores) 2 profissionais por turno para até 10 acolhidos(as) Obs: A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica.	3 cuidadores sociais(concursados) 1 Educadoras sociais(concursados)
Profissionais de apoio à execução dos serviços(serviços gerais, cozinheira(o), motorista, etc...)são reconhecidos pela Resolução CNAS N° 9 de 2015, porém sem indicação de quantidade mínima.	2 Serviços Gerais (concursadas) 1 Guardião (concursado)
	1 Estagiário nível superior(psicologia)
Total	12

Fonte: Recursos Humanos

Para o atendimento nas instituições de acolhimento é necessário, além da equipe técnica, outros profissionais de apoio reconhecidos pela Resolução CNAS N° 9 de 2015, como, por exemplo, cozinheira.

5 ÓRGÃO GESTOR

De acordo com a NOB/RH/SUAS/2012, é essencial garantir um quadro de profissionais designados para desempenhar as funções estratégicas de gestão, garantindo assim a administração adequada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O Questionário do Censo SUAS, que solicita a indicação da existência de determinados setores na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O quadro a seguir apresenta a equipe de referência, compilando as informações exigidas pela NOB/RH/SUAS/2012 e pelo questionário do Censo SUAS.

Equipe de Referência	Equipe Órgão Gestor
Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social; Coordenação da Proteção Social Básica ;	1- Secretaria Municipal 1- Diretora Geral 1- Coordenador de Comunicação

<p>Gestão de Benefícios Assistenciais(BPC e Benefícios Eventuais)</p> <p>Coordenação da Proteção Social Especial;</p> <p>Gestão Financeira e Orçamentária (Planejamento e Orçamento)</p> <p>Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social ;</p> <p>Gestão do SUAS;</p> <p>Vigilância Socioassistencial (Gerenciamento dos Sistemas de Informação Monitoramento e Controle da Execução dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios);</p> <p>Monitoramento e Controle da Rede Socioassistencial ;</p> <p>Gestão do Trabalho;</p> <p>Regulação do SUAS ;</p> <p>Apoio às Instâncias de Deliberação</p> <p>Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família;</p>	<p>1- Diretora de Segurança Alimentar</p> <p>1- Diretora da Proteção Social Básica</p> <p>1- Apoio Administrativo (Benefícios Eventuais)</p> <p>1- Diretora da Proteção Social Especial</p> <p>Média Complexidade</p> <p>1- Diretora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade</p> <p>1- Diretora de Administração Estratégica</p> <p>1- Coordenador do Fundo Municipal de Assistência Social (Administrador)</p> <p>6- Apoio Administrativo (Recursos Humanos, Pedidos, Almoxarifado, Compras e Licitações.)</p> <p>1- Diretora do SUAS</p> <p>4- Apoio Administrativo (Apoio às Instâncias de Deliberação, Regulação do SUAS, rede de proteção, intersetorialidade e temas transversais)</p> <p>1- Coordenadora da VSA (responsável também pela Gestão do Trabalho)</p> <p>1-Coordenador do Cadastro Único e Programa Bolsa Família</p>
<p>Profissionais de apoio à execução dos serviços(serviços gerais, cozinheira(o), motorista, etc...)são reconhecidos pela Resolução CNAS N° 9 de 2015, porém sem indicação de quantidade mínima.</p>	<p>1- Recepcionista</p> <p>3- Motorista</p> <p>1- Auxiliar de Serviços Gerais</p> <p>3- Estagiários(as)</p>
<p>Total</p>	<p>31</p>

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GESTÃO DO SUAS

Ao lado das Proteções Sociais Básica e Especial, a **Gestão do SUAS** é um dos blocos preconizados na organização das linhas de financiamento do SUAS em nível nacional. A **Gestão do Suas** é a responsável pelo aprimoramento da **gestão** da Política de Assistência Social, assessorando tecnicamente, planejando, articulando, monitorando e avaliando as ações propostas. A Gestão do SUAS também assessoria na regulação e padronização dos serviços da Assistência Social (fluxos e protocolos de serviços), além de providenciar e manter rigorosamente em dia os Termos de Adesão da gestão. A Gestão do SUAS dá suporte à gestão orçamentária na medida em que realiza registros e relatórios de dados sobre recursos repassados, acompanha e faz processamento de informações sobre programas, serviços e benefícios socioassistenciais, fazendo a assessoria técnica para deliberação e aprovação do orçamento e das prestações de contas nos Conselhos. Responsável pelos Relatórios

Semestrais e pelo RAG - Relatório Anual de Gestão da Secretaria.

5.1.1 Vigilância Socioassistencial

A **Vigilância Socioassistencial** é um dos objetivos da Gestão do SUAS e atua como função da Assistência Social ofertada pelo Estado. Deve ser um dos eixos estruturantes da política pública de Assistência Social brasileira, compondo uma tríade com a Proteção Social (Básica e Especial) e a Defesa de Direitos. A função da Vigilância Socioassistencial é essencial, fornecendo informações articuladas para o melhor planejamento da gestão e execução dos objetivos da política pública de Assistência Social e também para as demais políticas públicas municipais. Assim, pelos relatórios produzidos, a Vigilância Socioassistencial fornece apoio técnico, amplia conhecimento e auxilia no planejamento e execução das ações no âmbito da Gestão da Política de Assistência Social. Obs: Previsto em legislação nacional.

Marco Legal e Normativo: A Vigilância Socioassistencial inaugurada formalmente por meio da lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica que dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil. Foi também preconizada e qualificada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e na Norma Operacional Básica (NOB-SUAS 2012). Para o aprimoramento e expansão dos direitos sociais foram implementadas e publicadas outras leis complementares, resoluções, normas operacionais e orientações técnicas acerca do tema de Vigilância Socioassistencial no SUAS. Coleta e sistematização de dados; apoio nos treinamentos de RMA, e outras atividades do setor

Equipe Técnica em Fazenda Rio Grande: - 01 Coordenadora/Assessora (Servidora concursada. Nível Superior: Assistente Social)

Principais áreas a serem trabalhadas pela Vigilância Socioassistencial:

- a) Gestão da Informação;
- b) Monitoramento e Avaliação dos serviços, programas e benefícios executados no âmbito da política de Assistência Social;
- c) Capacitação de Equipes sobre o instrumental de coleta de dados.

5.1.2 Gestão do Trabalho

A **Gestão do Trabalho** é um eixo estratégico e fundamental para a qualidade da prestação de serviços no âmbito do Suas. Os trabalhadores do SUAS são os principais mediadores entre o direito socioassistencial e os usuários da política, logo, pelas ações de valorização do trabalhador, formação e capacitação, a Gestão do Trabalho potencializa os serviços e a qualidade do SUAS no município. Compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho, fluxos e protocolos. Refere-se também às Descrições de Cargos, Ações de Treinamento e Desenvolvimento (planos de educação continuada, capacitações introdutórias, programas de desenvolvimento comportamental, qualificação e aperfeiçoamento, etc). A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas (NOB-RH/SUAS), a Norma Operacional Básica do Suas (NOB/SUAS) e a Lei Orgânica de Assistência Social, regulamentam a Gestão do Trabalho no âmbito do Suas e estabelecem seus princípios e diretrizes. Obs: Previsto em legislação nacional.

Elaboração de conteúdos programáticos; elaboração de material para as capacitações; estruturação de instrumentais de registro e monitoramento; controle de emissão de certificados; entre outras atividades inerentes ao setor.

5.1.3 Cadastro Único

O **Cadastro Único** para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda. O Cadastro Único possibilita que famílias vulneráveis se inscrevam no principal programa de transferência de renda no Brasil: o Programa Bolsa Família-PBF. Lembrando que "os benefícios e os programas de transferência de renda constituem-se como garantias da Proteção Social do SUAS. São eles os responsáveis por materializar a segurança de sobrevivência e de rendimento prevista na Política Nacional de Assistência Social. Sendo, portanto, direito dos indivíduos e famílias que estão em situação de risco e vulnerabilidade social e, também, dever do Estado". O Cadastro Único é uma importante ferramenta para os gestores, pois o acesso às

informações permite conhecer melhor as famílias do território, permitindo um olhar ampliado, uma vez que as informações coletadas estão além da questão de renda. Obs: Previsto em legislação nacional.

Outras funções: Digitação; gestão dos arquivos (baixa e guarda de cadastros); preparo de material específico para os treinamentos de operadores

5.1.4 Participação e Controle Social

O **Controle Social** assessorado pela Gestão do SUAS (Conselhos, Conferências, Planos Municipais e Fundos Municipais) é fundamental na gestão da Política Pública (previsto na Constituição Federal), e sua má administração implica em sanções como, por exemplo, corte nos repasses de financiamentos e deliberações. A participação social se dá também por meio de Audiências Públicas, Ouvidoria, Caixas de Comunicação com a População etc.

Obs: Previsto em legislação nacional.

Outras funções: Infraestrutura de reuniões, eventos e Conferências Municipais; Digitação e arquivamento de documentos; entre outras atividades inerentes ao setor.

5.1.5 Rede de Proteção, Intersetorialidade e Temas transversais

A **Rede, Intersetorialidade e Temas Transversais** são pilares que sustentam a atuação da Assistência Social na promoção, proteção e defesa de direitos, emancipação dos usuários, fluxos de serviços, etc, articulando as demais políticas públicas para a consecução de ações em prol da superação de vulnerabilidades e riscos sociais. Obs: Previsto em legislação nacional.

Atividades da Rede de Proteção (arquivamento de Pauta, Ata; envio de emails e convocações; preparo de infra estrutura e materiais para as reuniões; etc) ; Sistemas AEPETI/ SIMPETI, Programa Nossa Gente Paraná; Apoio administrativo ao Programa Armazém da Família e Programa Leite das Crianças.